

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 28 | Nº 07 | JULHO 2008 | R\$ 13,00



Especial

PERSPECTIVAS PARA O AGRIBUSINESS



Moderfrota Oito anos de crédito para a competitividade

Plano Agrícola e Pecuário Destaques para a safra 2008/09

Mecanização Novos horizontes na agricultura familiar

O agronegócio é o seguinte

Janela de oportunidade

FAZER UMA análise retrospectiva é um exercício saudável para uma caminhada futura com mais conhecimento e segurança. A presente disparada dos preços do petróleo e das *commodities* metálicas e agrícolas no mercado internacional não constitui um fato inusitado. Por razões variadas, esse surto já aconteceu em diversos momentos no passado.

Com efeito, a década de setenta deixou a marca dos primeiro e segundo choques do petróleo, quando a cotação do barril saiu do patamar de US\$ 4 e foi para US\$ 28. Um crescimento de sete vezes. Já nas *commodities* agrícolas, os movimentos de alta nas cotações ocorreram com mais frequência. Nos Estados Unidos, as colheitas de grãos tiveram grandes quebras nas safras 83/84 e 88/89, em decorrência de estiagens, bem como na safra 1994/95, devido às chuvas intensas e às cheias.

Diante das altas nos mercados agrícolas, a Farm Bill, de 1996, o chamado Freedom Act, introduziu uma série de medidas para dar maior flexibilidade ao setor produtivo. Os preços mínimos foram cortados e a previsão de subsídios reduzida. O pacote teve doses liberais em termos de controle da produção e era bem orientado para o mercado. Mas, a partir de 1998, as produções recrudesceram, os estoques foram recompostos e os preços cederam. Presionado, o Congresso Nacional aprovou em diversos anos seguidos recursos adicionais para atender ao poderoso *lobby* rural existente no país.

Para explicar a alta de preço justamente quando ocorrem safras generosas em diversas regiões produtoras do mundo, outros fenômenos parecem explicar melhor esse contexto, tais como:

- Crescimento da demanda em países emergentes, como os gigantes da China e Índia;
- A corrida aos *hedges funds*, devido aos juros reais baixos, em busca de ativos reais;
- Pressão no custo de produção provocado basicamente por fertilizantes e combustíveis;
- Maior consumo de milho, nos EUA, para a fabricação de etanol.

O desenho desse cenário começou a ser delineado no quarto trimestre de 2006, porém ganhou vitalidade em 2007. Agora, neste ano, apesar de prosseguir em extrema alta, deverá balizar seu ponto de pico para algumas *commodities*. Sem significar desaquecimento, buscará um ponto de melhor referência para o mercado. Com a bolha

especulativa, muitos agentes da cadeia produtiva evitam os instrumentos de gestão de risco, com a prática de operações de *hedge* e opções.

A princípio, com os preços assinalados pelo mercado, bem próximo de iniciar o plantio da safra 2008/09, era de se esperar uma movimentação ansiosa no campo. Em anos passados, isso estaria, certamente, ocorrendo. No entanto, o retrato é de um agricultor mais retraído e a refletir sobre a sua tomada de decisão sobre a próxima temporada. É uma demonstração positiva do ponto de vista da administração, pois existem muitos fatores ainda incertos e desfavoráveis para serem cotejados. Um olho voltado para o mercado e outro para o custo.

O governo, em tempo hábil, anunciou o Plano da Agricultura e Pecuária para a Safra 2008/09, objeto de comentário na corrente edição de *Agroanalysis*. O pacote não traz praticamente nada de surpreendente. A grande esperança para chegar à meta de 150 milhões de toneladas, perfeitamente factível, será o estímulo trazido ao mercado. Falta audácia na formulação de políticas para compensar:

- Baixa disponibilidade de crédito rural a taxa de juros compatível com a atividade;
- Sobrevalorizada taxa de câmbio, que solapa a competitividade das exportações.

Com o peso de uma enorme dívida dos agricultores em fase de repactuação, os gargalos de infra-estrutura e logística impedem um projeto mais ousado para incrementar a produção a curto prazo, enquanto os estoques oficiais de alimentos minguaram e é preciso recuperá-los. Por sua vez, a reforma fiscal, em tramitação lenta no Congresso, não dará a resposta de que o setor necessita. *Agroanalysis* também traz para seus leitores o seminário da BM&FBovespa sobre Perspectivas Para o Agribusiness em 2008 e 2009, com informações preciosas e oportunas.

A matéria sobre o Modernfrota trata da importância do programa para a modernização do setor agrícola. A renovação da frota é fundamental para os ganhos de produtividade. A partir da safra 2008/09, a pequena propriedade também passa a receber os benefícios dessa política agrícola.

De maneira geral, há consenso sobre a janela de oportunidade escancarada para o agronegócio brasileiro ocupar um grande espaço estratégico na economia. A realização desse desafio está na capacidade dos tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada planejarem e empreenderem ações. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luís Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura

de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Getty Images (pág. 4,5,21), Stockxpert/

Stephen Mcsweney (capa)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.

Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-

3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,

8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque, Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque, Sérgio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Correia Jr., Márcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José
Ermirio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de
Souza Marinho, Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: José Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alberto Novo Cabaleiro Neto (Publicis Brasil Comunicação Ltda),
Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti
(Souza Cruz S/A), Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda),

Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro
Duarte (HSBC Investment Bank Brasil S.A – Banco de Investimento), Jorge
Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco

S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de
Andrade Fortes, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.),

Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Romeu de Figueiredo Temporal
(Estado da Bahia), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados,
de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro), Sérgio Murray
(Federação Brasileira de Bancos), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Aldo Floris, (Brascan Brasil Ltda), Gilberto Duarte Prado, Luiz
Roberto Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de
Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro

Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América
Companhia Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce),
Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A), Sérgio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

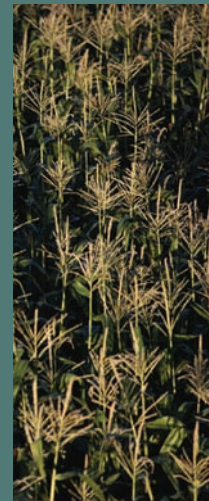
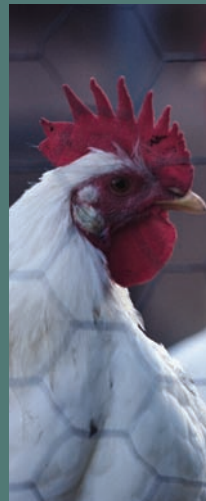
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Edemir Pinto

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Safra 2007/08 I

14 Safra 2007/08 II

Especial Mecanização

15 Novos horizontes para a pequena propriedade

Especial BM&FBovespa

24 Perspectivas para o agribusiness em 2007/08

Política Agrícola

42 Agroinflação e investimento

Gestão

44 Ripa

Sustentabilidade

45 Estratégia

48 Homenagem

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

Especial BM&FBovespa



Perspectivas para o agribusiness

Especial Mecanização



Crédito para a competitividade

Safra 2007/08



Plano agrícola e pecuário

Agricultura familiar



Novos horizontes

Edemir Pinto

Diretor-presidente da BM&FBovespa

Mercado futuro é vacina para risco de preço

da Redação

“OS FUNDOS de fundos de investimento são parte importante dos mercados derivativos no mundo todo e também nos mercados agrícolas”, diz Edemir Pinto, diretor-presidente da BM&FBovespa.

Para ele, os fundos são participantes tradicionais dos mercados futuros de *commodities* e cumprem o papel importante de dar liquidez ao mercado. “Estudos internacionais não apontam mudanças relevantes no patamar histórico de participação dos fundos nos mercados futuros de *commodities*, embora mercados voláteis representem oportunidades para investidores em busca de rentabilidade dos recursos administrados”, diz.

Em entrevista à *Agroanalysis*, Edemir Pinto fez um balanço dos primeiros meses da fusão entre a BM&F e a Bovespa, e antecipou alguns projetos da nova bolsa na área do agronegócio.

AGROANALYSIS Mais que a demanda da China, a ação dos fundos de investimento no mercado de *commodities* agrícolas vem sendo apontada como a principal causa da disparada dos preços dos alimentos. O senhor concorda?

EDEMIR PINTO No geral, as grandes oscilações de preços na agricultura se devem a fatores climáticos, que podem gerar abundância da produção, derrubando os preços, ou uma quebra de safra, causando alta de preços. O que temos hoje de diferente nos mercados agrícolas é a prevalência dos fatores de demanda. O aumento dos preços dos alimentos no mundo se deve principalmente a um choque de demanda. Existe também o crescimento dos custos de produção da agropecuária em

função da elevação dos preços da energia e do petróleo, com impactos nos preços dos insumos, especialmente fertilizantes. A demanda por alimentos nos últimos anos vem crescendo de modo espetacular por alguns fatores. Primeiro, a expansão da economia mundial, especialmente da China e da Índia, dois países populosos, que, além de um crescimento vigoroso da economia e da renda, vêm passando por mudanças nos hábitos alimentares. Por esse motivo, em poucos anos a China tornou-se o maior cliente das exportações do agronegócio brasileiro. Outro aspecto é a expansão da agroenergia, a produção de energia limpa a partir de matérias-primas

agrícolas. E nesse particular se destaca a produção de etanol de milho nos Estados Unidos. Até alguns anos atrás, o consumo de milho nos Estados Unidos era distribuído aproximadamente em 150 milhões de toneladas para rações, cerca de 60 milhões de toneladas para as exportações e 35 milhões de toneladas para o uso industrial de milho para alimentos, especialmente para produção de xarope de milho. Nos últimos anos, entrou em franca expansão um novo segmento consumidor, a produção de etanol para fins combustíveis. A demanda desse segmento está estimada em cerca de 100 milhões de toneladas na temporada comercial 2008-2009.

AGROANALYSIS Para o senador Joe Lieberman, do Partido Democrata, os EUA deveriam proibir alguns fundos de atuar no mercado de petróleo. Como o senhor avalia esta proposta?

EDEMIR PINTO Antes de tudo, temos de levar em consideração que há muito mais dinheiro que mercadorias e ativos em circulação no mundo. Cito um exemplo



“O aumento dos preços dos alimentos no mundo se deve principalmente a um choque de demanda”

brasileiro: as negociações de contratos de derivativos na BM&FBovespa em 2007 equivaleram a oito vezes o Produto Interno Bruto do País. Isto mostra a relevância da indústria de derivativos no mundo. Em 2007, negociou-se na Bolsa de Chicago 17 vezes a safra mundial de soja e seis vezes a safra de milho. Portanto, temos que entender que os fundos de investimento são parte importante dos mercados derivativos no mundo todo e também nos mercados agrícolas. Os fundos são participantes tradicionais dos mercados futuros de *commodities* e cumprem o papel importante de dar liquidez ao mercado. Quando olhamos os dados dos principais mercados derivativos agrícolas mundiais, vemos, por exemplo, que de 2006 para cá os fundos de investimento detiveram, em média, 13% da posição líquida comprada do total de contratos em aberto no caso do milho; na soja, em torno de 15%; no trigo, 5%; no açúcar, 13%; no café, 18%; e no petróleo, 4,7%. Estudos internacionais não apontam mudanças relevantes no patamar histórico de participação dos fundos nos mercados futuros de *commodities*, embora mercados voláteis representem oportunidades para investidores em busca de rentabilidade dos recursos administrados. É preciso também ver o outro lado da moeda: não seria muito interessante para os produtores se apenas os *hedgers*, ou agentes diretamente envolvidos com a *commodity*, participassem dos mercados agrícolas, pois teríamos menos compradores no mercado. O produtor de soja, por exemplo, se defrontaria, no mundo inteiro, com talvez dez compradores na sua região, dada a concentração que ocorre antes e depois da porteira da fazenda. Então, é preciso entender o papel dos investidores e dos especuladores como algo fundamental para a liquidez da comercialização, e para a transferência de risco existente nos mercados de *commodities*.

AGROANALYSIS Na opinião de analistas do mercado, a cobertura de *hedge* ainda é muito pequena no agronegócio se considerado o tamanho do setor no Brasil.

Enquanto os contratos futuros financeiros giram oito vezes o PIB nacional, os agropecuários movimentam apenas 1/3 de todo o PIB da agropecuária brasileira. Por quê?

EDEMIR PINTO No Brasil, nós temos algumas restrições importantes ao funcionamento dos derivativos agropecuários. São três problemas principais: a tributação, a regulação e uma certa falta de cultura dos participantes de mercado com relação ao *hedge* ou proteção. Enquanto nos derivativos financeiros, como taxas de juro e de câmbio, existe uma política tributária de base nacional, conhecida de todos os participantes do mercado, no caso dos contratos agrícolas existem diferenças de tributação de ICMS entre os produtos, entre estados, diferença entre as contribuições de taxas federais como o PIS e o Cofins. Isso dificulta a transparência do preço e, em alguns momentos, prejudica a negociação dos mercados futuros. Da mesma forma, a regulação, e o exemplo emblemático é o do etanol. Não existe mercado livre de etanol em qualquer canto do mundo, inclusive no Brasil. Se não há um mercado livre, os participante ficam inseguros em fazer as suas posições no mercado futuro. Do ponto de vista da cultura, os derivativos agropecuários são operações mais complexas e sofisticadas, ainda não totalmente incorporadas ao dia-a-dia de todas as empresas do setor. O quadro, no entanto, vem mudando, como mostra o crescimento do mercado de futuros agropecuários no Brasil. Em 2007, na BM&FBovespa, o crescimento da negociação de derivativos agropecuários foi de 64%, contra um crescimento de 32% nos mercados derivativos agropecuários em todo o mundo. No primeiro semestre de 2008, foram negociados na Bolsa 1,66 milhão de contratos, com crescimento de 92,6%. O momento é extremamente positivo e nós estamos trabalhando muito na divulgação dos nossos produtos.

AGROANALYSIS Quais são os planos da BM&F-Bovespa para reverter a situação?

EDEMIR PINTO A Bolsa está absolutamente conectada e orientada para o mercado. Já

enviamos à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador, o novo modelo de negócio para o mercado de milho. Esse é um mercado marcado pela regionalização. Existem diferentes situações de oferta e demanda nas regiões brasileiras. Então, nosso modelo de negócio contempla um contrato financeiro com formação de preço na região de Campinas, que poderá atrair novos participantes do mercado. O contrato financeiro estará combinado com contratos regionais de base de preço, ou seja, de diferenciais de preço das regiões brasileiras em relação a Campinas. Nos contratos futuros de base poderá haver a entrega física. Um segundo projeto é o contrato de algodão para exportação. Cada vez mais o Brasil vem se firmando como um grande exportador de algodão de qualidade. O algodão é classificado pela Bolsa, que indica as qualidades do produto. No contrato para exportação, poderá haver a liquidação por entrega física, num armazém chamado DAC, Depósito Alfandegado Certificado, onde o produto é considerado como de exportação. O terceiro projeto, que busca maior 'financeirização' dos mercados agropecuários, é o lançamento do Índice de Commodities Brasil, que será construído a partir das *commodities* negociadas na BM&FBovespa. Esse índice resultará de uma ponderação, em que 1/3 de sua composição virá da relevância econômica do produto na pauta produtiva brasileira e 2/3 apurados a partir da liquidez, no volume de contratos negociados na BM&Bovespa. Num primeiro momento, ele é formado por quatro mercadorias: boi gordo, café, soja e milho. A partir do momento em que tivermos uma ampliação mais acentuada dos contratos de etanol ou de algodão, estes poderão vir a fazer parte dos nossos índices.

AGROANALYSIS A BM&F-Bovespa lançou recentemente contratos que protegem contra a inflação. Como eles funcionam?

EDEMIR PINTO Os novos produtos lançados pela BM&FBovespa são duas operações estruturadas de FRA (o chamado

“Há muito mais dinheiro do que mercadorias e ativos em circulação”

Forward Rate Agreement) de inflação: o FRA de IPCA e o FRA de IGP-M. Ambos serão negociados a partir do dia 8 de agosto deste ano, no pregão eletrônico. As negociações se referem a um período fechado do ano, sempre de janeiro a dezembro. Os novos produtos de inflação devem atrair novos investidores, como, por exemplo, os fundos de pensão e as concessionárias de serviço público, que possuem receitas atreladas ao índice de preços, além de fundos estrangeiros dedicados a índices de inflação. Com estes dois novos contratos, a BM&FBovespa já oferece cinco produtos atrelados à inflação: os futuros de IGP-M, de IPCA, de Cupom de IGP-M, de Cupom de IPCA e o Fra de Cupom de IGP-M.

AGROANALYSIS Como está o processo de fusão da BM&F-Bovespa. Faça um balanço dos primeiros meses.

EDEMIR PINTO A integração entre as duas companhias cria a terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado, a segunda maior das Américas pelo mesmo parâmetro, negociando 80% do volume no mercado de ações da América Latina, com mais de US\$ 67 bilhões em negócios diários no mercado futuro. A integração busca maior eficiência operacional e administrativa, a apropriação das oportunidades de desenvolvimento de novos produtos, a liderança em seu mercado de atuação. Por seu tamanho, pela complementaridade de seus produtos, pela eficiência comprovada na administração de riscos, a nova companhia coloca-se como um *player* global dominante, com grande capacidade de tornar-se consolidadora na América Latina. A partir disso, é justo almejar uma melhor perspectiva de que contratos e transações realizados no Brasil, na BM&FBovespa, sejam parâmetros para a formação de preço global.

A atual fase do processo contempla a integração administrativa e operacional das duas companhias, visando à sinergia com equivalência de 10% de redução das despesas combinadas, que deve atingir 25% até 2010. Já foi eleito o novo Conselho de Administração, composto por 11 membros e seu presidente, Gilberto Mifano. O Conselho elegeu também a mim como diretor-presidente da companhia, bem como já está efetivada a diretoria executiva, composta por sete membros.

AGROANALYSIS Quais serão os próximos passos?

EDEMIR PINTO Estrategicamente, pretendemos intensificar a internacionalização de nossos mercados. O primeiro passo nesse sentido será dado já no começo do segundo semestre, provavelmente em agosto, na Colômbia, onde está a segunda maior bolsa da América do Sul, que conta com legislação financeira semelhante à da brasileira. Ainda este ano, pretendemos também iniciar as conversas com Chile e Peru. Vamos estabelecer, primeiramente, contato com os órgãos reguladores de cada desses países e, posteriormente, desenhar uma proposta de parceria com essas bolsas e abordar as empresas locais. Queremos dividir com esses parceiros nossa experiência em áreas como gerenciamento de risco e, ao mesmo tempo, atrair as grandes empresas para a bolsa brasileira.

AGROANALYSIS Quais as oportunidades que a fusão oferece ao agronegócio brasileiro?

EDEMIR PINTO Somos a terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado e isto dá escala suficiente para que ela atenda aos interesses do agronegócio brasileiro em dois aspectos. De um lado, permite adequada cobertura do seguro de preços por meio dos mercados derivativos, financeiros e agropecuários. O momento

recente mostra a volatilidade dos mercados agropecuários e de *commodities* internacionais e, neste sentido, os mercados futuros são a vacina mais importante para se fazer o gerenciamento do risco de preço. Por outro lado, a BM&FBovespa criará cada vez mais condições para que empresas do agronegócio brasileiro abram o seu capital, captem recursos dos investidores brasileiros e internacionais e, portanto, reduzam o custo médio ponderado do seu capital e levistem recursos para alavancar o seu crescimento. Hoje, 46 empresas relacionadas ao agronegócio têm suas ações listadas na nossa bolsa; eram 32 em 2004. Isso mostra bem o potencial de crescimento que existe aí.

AGROANALYSIS Faça uma avaliação sobre os leilões de crédito de carbono. Como o agronegócio brasileiro pode aproveitar mais esse mercado?

EDEMIR PINTO A plataforma de leilões é um canal de negociação que possibilita a oferta de créditos de carbono de forma transparente, eficiente e de fácil acesso aos investidores não-residentes. A Bolsa já realizou um leilão de créditos de carbono ano passado em nome da prefeitura de São Paulo, quando foram leiloadas cerca de 800 toneladas. Essa operação alcançou grande visibilidade no cenário internacional, pela novidade e credibilidade do processo, bem como pelos resultados financeiros alcançados. No setor do agronegócio são potencialmente elegíveis à geração de créditos de carbono os projetos que resultarem no incremento da eficiência energética da produção agropecuária. Ou seja, que demandem fontes de energia que emitam uma menor quantidade de gases de efeito estufa. Projetos que reduzam a emissão de gases de efeito estufa por resíduos da atividade agrícola, como casca do arroz e bagaço de cana, ou por dejetos de animais na atividade pecuária.

AGROANALYSIS Quais são as previsões da BM&F-Bovespa para os mercados agropecuários em 2008?

EDEMIR PINTO Como bolsa e como companhia aberta não fazemos previsões. ■

Macroeconomia

Desafios estratégicos da política monetária

Rogério Mori*

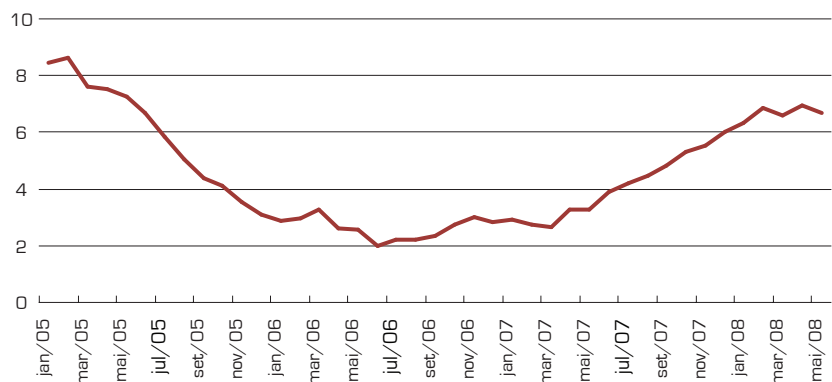
A CONDUÇÃO da política monetária brasileira encontra-se em uma encruzilhada de difícil solução neste momento. De fato, o ciclo de aperto monetário iniciado em 2008 está longe de se encerrar em face do cenário macroeconômico atual. No entanto, vários desafios se impõem neste momento ao Banco Central.

Está mais que claro que o cenário de inflação indica uma continuidade do processo de aumento da meta da taxa básica de juros – Selic – por parte da autoridade monetária. A elevação dos preços, que inicialmente parecia estar mais restrita aos de alimentos e de algumas *commodities*, começou a se difundir de maneira mais ampla para outros segmentos da economia brasileira, e não será surpresa para muitos se a inflação, medida pelo IPCA, ficar acima do limite superior da meta estabelecida para o ano. É importante ressaltar também que a mediana das projeções de inflação das instituições financeiras, que abastecem o sistema de informações do Banco Central, passou a exibir nas últimas semanas um processo de elevação sistemática, não apenas para 2008, mas também para o ano que vem, indicando um potencial efeito negativo da inflação corrente sobre as expectativas de inflação dos agentes. Sob essa perspectiva, o processo de elevação da taxa de juros parece, à primeira vista, mais que adequado.

Porém, existem indicações claras de uma desaceleração em curso no ritmo da atividade econômica brasileira. Inversamente ao que poderia indicar uma análise superficial dos dados, a aceleração recente da alta dos preços ocorre em um contexto em que o ritmo da economia começa a exibir sinais de desaceleração. Dessa

forma, as informações relativas ao Produto Interno Bruto do começo do ano e da produção industrial brasileira indicam uma relativa acomodação no ritmo da atividade econômica (vide gráfico). Esses (e outros indicadores) afastam os temores de sobreaquecimento da economia brasileira neste momento, ainda que alguns setores isoladamente possam estar exi-

Produção industrial brasileira (var. %; 12 meses)



Fonte: IBGE

bindo um ritmo de crescimento superior à média dos demais segmentos da economia. Na verdade, uma vez que o principal motor da expansão recente foi dado pelo crédito, é natural que esse processo tenda a exibir sinais de desaceleração, tendo em vista o fato de que o seu crescimento foi muito superior ao da expansão da renda das famílias. Assim, é razoável supor que o ciclo de endividamento das famílias esteja mostrando sinais de esgotamento, o que começa a se refletir sobre o conjunto da economia. Sob essa lógica, a indicação para a política monetária seria de alguma moderação diante do quadro da atividade econômica em curso.

Outro ponto importante diz respeito aos efeitos sobre a taxa de câmbio. O aumento do diferencial entre os juros domésticos e os praticados internacionalmente tende a ampliar a atratividade brasileira de recursos externos, o que estimula a apreciação do real ante as demais moedas e amplia as dificuldades de vários setores no que tange à competitividade.

Sob essa perspectiva, o quadro econômico apresentado é de difícil solução para o Banco Central, que, a exemplo de outros bancos centrais ao redor do mundo, enfrenta dificuldade relativa ao quadro de inflação neste momento. Talvez a maior diferença no caso brasileiro resida no fato de que, ao contrário dos EUA, por exemplo, a economia brasileira, apesar de registrar alguma desaceleração, apresenta sinais de vigor.

Dados esses elementos, é claro que a política monetária brasileira atua no sentido de tentar evitar uma deterioração do quadro inflacionário, mas poderia ter contribuições adicionais de forma a evitar um peso excessivo dos juros sobre a economia. Sem dúvida, a política fiscal poderia ter um papel mais favorável em um contexto em que a contenção dos gastos do governo abriria espaço em termos de demanda agregada no sentido de evitar uma pressão excessiva da política monetária. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

O peso da especulação

Qual é o real efeito da especulação – a ação dos fundos de investimentos no mercado da *commodity* – nos preços da soja? André Pessoa, da Agroconsult, arrisca um palpite. “Vamos desconstruir o preço da soja, ao redor hoje de US\$ 16 o bushel: entre US\$ 2 e US\$ 3 do valor é efeito da desvalorização do dólar, outros US\$ 2 a US\$ 3 se devem à atuação dos fundos. Ou seja, se isoladas as duas causas, e considerando apenas a demanda e a oferta, o preço da soja estaria hoje ao redor de US\$ 10 a US\$ 12 o bushel. Vale lembrar que em 2004, na época do pico do mercado, a soja estava cotada a US\$ 10 o bushel”, explica.

O que vai acontecer daqui para a frente? Ninguém sabe. Depende dos EUA – se a atual crise evoluir e se transformar em recessão, o cenário será catastrófico. Mas há chances também de as coisas ficarem na mesma, caso o novo presidente (Obama?) conseguir levar a coisa em banho-maria. De qualquer forma, vai chegar a hora em que a bolha vai estourar, e o preço da soja (e de outras tantas *commodities*) vai cair, talvez despençar. É isso o que acontece com os preços das *commodities*,



Embrapa

segundo André Pessoa. Eles não caem gradativamente, mas subitamente, pelo elevador. Enquanto os preços dos insumos agrícolas e os custos de produção costumam descer vagorosamente pela escada.

Mais mamona

Dados do MAPA indicam que o Brasil deverá colher 146 mil toneladas de mamona, safra 55,8% maior que a anterior, de acordo com estudo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O recorde se deve ao aumento do uso do óleo da mamona pela indústria e ao crescimento da área cultivada.

AQUECIMENTO GLOBAL

As transformações climáticas devem gerar perdas de US\$ 41 bilhões por ano à indústria de seguro mundial nos próximos 15 anos. A previsão motivou o Grupo Allianz a fazer uma parceria com a WWF Internacional e a investir 500 milhões de euros em projetos de energia renovável até 2010.

Supercomputador

O Ministério da Ciência e Tecnologia vai adquirir um supercomputador para simulações avançadas das mudanças climáticas globais, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O sistema será instalado no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), em Cachoeira Paulista (SP). Com o supercomputador será possível elaborar cenários futuros de mudanças climáticas de alta resolução.

AMAZÔNIA

“Não faz nenhum sentido que hoje um pecuarista derrube de 4 mil a 5 mil hectares na Amazônia, no bioma amazônico, para colocar 5 mil cabeças de gado e criar dois empregos”

Reinhold Stephanes, ministro da Agricultura, durante discurso na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 15 de julho de 2008

MADE IN SÃO PAULO

O agronegócio paulista embarcou US\$ 7,69 bilhões de janeiro a junho deste ano, com crescimento de 3,4% em relação ao mesmo período de 2007. Mas as importações cresceram bem mais, 40,5%, alcançando US\$ 3,47 bilhões. O saldo positivo de US\$ 4,22 bilhões é 15,1% menor que o no mesmo período de 2007. As informações são dos pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

Reciclagem de embalagens

São Paulo promoveu no primeiro semestre do ano a reciclagem e incineração de 1.634 toneladas de embalagens vazias de produtos fitossanitários. O volume representa um crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período do ano passado (1.616 t). Apenas em junho, as unidades de recebimento paulistas processaram 301 toneladas, o equivalente a 12% do total destinado no País.

O Brasil atualmente ocupa a liderança entre os países que possuem sistemas de destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Do volume comercializado, foram destinados cerca de 80% do total de embalagens vazias colocadas no mercado e 96% do total de embalagens primárias (aquelas que entram em contato direto com o produto). A Alemanha destina atualmente 60%; a Austrália, 50%; a França, 45%; e os Estados Unidos, menos de 20%.

Contra o desperdício

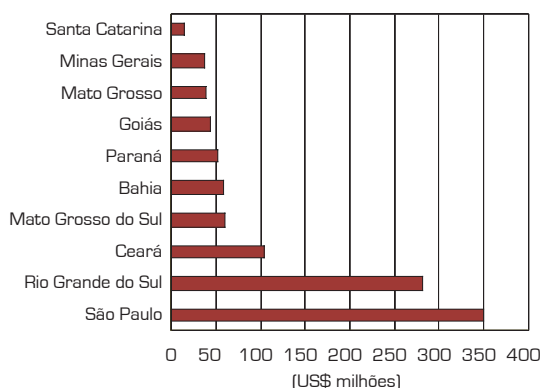
Gordon Brown, premiê do Reino Unido, conclamou os britânicos a reduzirem o desperdício de alimentos em casa para conter a alta dos preços. Com base em uma pesquisa realizada recentemente em seu país, Brown disse que cada família britânica joga na lata do lixo 4,1 toneladas de alimentos em perfeito estado todos os anos.

No Brasil, a situação não é muito diferente. Da lavoura ao prato, o País perde boa parte de suas safras. Há casos impressionantes, como o da banana. Por falta de manejo adequado na colheita e no transporte, cerca de 40% da produção da fruta é desperdiçada. Máquinas desreguladas deixam no solo no mínimo 5% das safras de grãos. No transporte da lavoura ao porto, perde-se mais um tanto por conta das péssimas condições das estradas. E o desperdício continua no armazenamento, nas feiras e nos supermercados. Também na cozinha a perda de comida é alta.

EXPORTAÇÃO DE COUROS

As exportações brasileiras de couros registraram US\$ 1,07 bilhão no primeiro semestre deste ano, com queda de 4%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dados foram divulgados pelo Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), com base no balanço da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Se mantida a média mensal, as vendas externas de couros em 2008 poderão atingir US\$ 2,15 bilhões.



Inflação da comida

O peso dos alimentos na composição da inflação no Brasil fica aquém da média de outros países emergentes, segundo o FMI. No Brasil, a comida pesa 22,45%, contra 37% nos demais emergentes, provocando menor impacto nos preços.

Lucro no feijão

Na safra 2007/2008, o melhor negócio foi o feijão, segundo os dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Pelos cálculos da companhia, os produtores obtiveram lucro de 18,36% nas vendas, superando o da soja.

TRIGO



4,8 milhões de hectares

é a estimativa para a área semeada com trigo na Argentina na safra 2008/2009. Na temporada passada, o país produziu

16 milhões de t

do cereal em área de 5,8 milhões de hectares.

Safr 2007/08 |

Resposta só virá do mercado

SEM SOLUÇÃO no curto prazo, a chamada crise dos alimentos provocada pela alta dos preços internacionais pressiona a inflação. A onda assola até países desenvolvidos, cujos estoques tiveram trajetória de queda nos últimos anos. É nesse contexto de insegurança alimentar crescente no mundo que o governo anunciou os recursos e as principais medidas de apoio do Plano Agrícola e Pecuário 2008/09.

Como era aguardado, o pacote não trouxe grandes novidades, porém veio cercado de desafios. Sensível com a situação e a janela de oportunidade existente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou o País a “plantar o que puder”. Com a elevação dos índices de inflação e do custo da cesta básica, uma colheita farta ajudará, sem dúvida, a arrefecer todo esse movimento de alta. Tanto o mercado interno como o externo estão aquecidos.

Assim, a meta almejada pelo governo, de uma produção de 150 milhões, certamente ajudará a segurança alimentar interna, gerará excedentes e garantirá mais divisas. Internamente, isso possibilitará uma recomposição dos estoques de passagem, de um ponto bem crítico, como o atual, de 1,59 milhão de toneladas, para 6,0 milhões de toneladas. A aplicação dessa política deverá consumir do orçamento público uma soma entre R\$ 4 e R\$ 5 bilhões. Por sua vez, do lado externo, o fluxo de embarque de produtos do agronegócio brasileiro prossegue intenso e deverá ser responsável por uma arrecadação superior a US\$ 70 bilhões neste ano.

Sem dúvida alguma, do mercado virão os estímulos mais importantes para

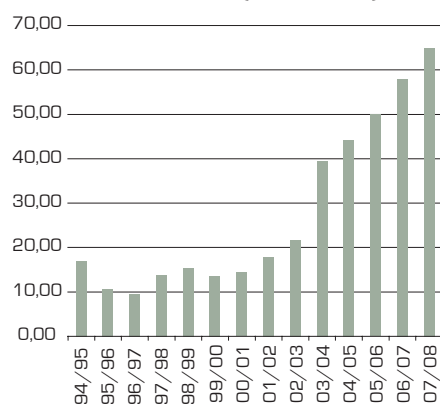
o agricultor ampliar a área e adotar processos mais produtivos. Nos quatro principais produtos priorizados pelo pacote, e voltados basicamente ao abastecimento doméstico, (arroz, feijão, mi-

Brasil: estoques de produtos agrícolas (toneladas)

| Produto | Safra 2005/06 | Safra 2007/08 |
|--------------|------------------|------------------|
| Arroz | 1.370.000 | 1.600.000 |
| Feijão | 5.000 | 100.000 |
| Milho | 211.000 | 4.100.000 |
| Trigo | 6.000 | 200.000 |
| Total | 1.592.000 | 6.000.000 |

Fonte: MAPA

Brasil: crédito rural (R\$ bilhões)



Fonte: MAPA

lho e trigo), o reajuste concedido não foi suficiente para os preços mínimos alcançarem os níveis praticados pelo mercado. Em alguns casos, a depender da região produtora, não chegam a cobrir os custos operacionais efetivos de produção, que desconsidera a remuneração

do capital fundiário (terra e benfeitoria) e do proprietário.

No arroz, as estimativas do Instituto Riograndense de Arroz (Irga) para o estado gaúcho é de um custo de da ordem de R\$ 32,00 por saca de 50 quilos. No feijão, sondagem no interior de São Paulo aponta um custo de produção da ordem de R\$ 80 a saca de 60 quilos. O milho, no Paraná, apresenta um custo de produção de R\$ 20,00 a saca de 60 quilos. Já no trigo, com uma produção projetada de 5,4 milhões de toneladas, a dependência de importação equivale a quase a metade do consumo, de 11,0 milhões de toneladas.

Da parte da oferta de crédito, a disponibilidade de recursos para atender ao orçamento da safra está apertado, devido a quatro motivos básicos:

- Aumento nos custos de produção exige mais capital de giro;
- O dinheiro da exigibilidade do crédito rural, correspondente a 25% do depósito à vista, emprestado a taxa de juros controlada, contraiu-se. As aplicações cresceram com o fim da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira);
- A capacidade de autofinanciamento do agricultor é baixa;
- As agroindústrias, diante da volatilidade do mercado, estão inseguras em travar preços no mercado futuro.

Se na formação do custo de produção pesa negativamente a falta de recursos, e como efeito o seu custo para ampliar de forma significativa a área plantada, na receita afeta a valorização do câmbio. A soja é o exemplo mais emblemático. Quando se compara a renda obtida pelo produto

na safra 2003/04 com a projetada para 2007/08, a que se assiste no período? A resposta está na sua cotação praticamente dobrar em dólar no mercado internacional, mas na economia nacional o dólar cair pela metade em relação ao real.

Então, para a fase da próxima colheita, qual probabilidade é maior: o preço da soja desaquecer no mercado internacional ou o dólar sofrer valorização ante o real? A aposta é forte do lado da segunda opção.

Mesmo com as sinalizações de bons preços pelo mercado, não existe no setor produtivo a euforia que seria de se esperar no momento atual. Além da falta de um quadro favorável do ponto de vista da macroeconomia, a agricultura carece de avanços para solucionar problemas crônicos estruturais. A precariedade da logística no escoamento da produção coloca muitas regiões produtoras em situação de sério risco.

Embora estejam no caminho certo, algumas medidas anunciadas são de impacto mais forte a médio e longo prazos. O endividamento ainda é bem elevado e bate em 50% do valor da produção pecuária. A Medida Provisória nº 432, que irá regularizar o processo que tramita no Congresso, prevê um benefício, de R\$ 72 bilhões, de um total de R\$ 87,5 bilhões em dívidas no setor. A renegociação em curso é ampla, porém morosa.

Um projeto de lei para criar o Fundo de Catástrofe, um resseguro em caso de tragédias climáticas que causem perdas de safra, também tramita no Congresso. Restam ainda o chamado Plano de Aceleração do Crescimento da Pesquisa e os investimentos na defesa sanitária. Apesar de ambos serem ações vitais no nível do MAPA, sofrem indefinições sobre os organismos geneticamente modificados e nos de programas erradicação e combate de doenças.

Diante do forte incremento registrado nos preços e a dependência cada vez mais forte do País no suprimento externo, o governo promete formular uma política para ampliar a produção de fertilizantes. Um assunto melindroso deverá ser tratado na questão: a autorização da navega-

Síntese do Plano Safra 2008/09

Objetivo

- Antecipar a produção;
- Reduzir o impacto do custo ao produtor;
- Garantir o abastecimento interno;
- Aumentar a participação do agronegócio no mercado internacional.

Crédito total

R\$ 65,0 bilhões para custeio, investimento e comercialização;
R\$ 45,4 bilhões com juros controlados (6,75% ao ano);
R\$ 19,6 bilhões a juros livres.

Custeio e comercialização

R\$ 45,4 bilhões com juros controlados (12% acima da safra 2006/07);
R\$ 9,6 bilhões a juros livres.

Investimento

R\$ 10 bilhões (10% superior a safra 2006/07);
Fonte: R\$ 6,5 bilhões do BNDES e R\$ 3,5 bilhões de Fundos Constitucionais;
Criação de Programas para recuperação de pastagens degradadas e práticas sustentáveis de produção.

Apoio à Comercialização

R\$ 3,8 bilhões;
R\$ 2,3 bilhões para aquisição de produtos;
R\$ 1,5 bilhão para equalização de preços;
Recursos para irrigar os leilões de compra e a venda de produtos, que servem para garantir renda ao produtor e suprir o abastecimento com estoques públicos, quando necessário.

Seguro rural

Orçamento de R\$ 160 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio (60,8% acima do ano passado);
Os recursos são suficientes para atender 72 mil produtores e elevar o nível de cobertura para quase 6 milhões de hectares;
O projeto de lei que cria o Fundo de Catástrofe ainda tramita no Congresso Nacional.

Comparativo entre preço mínimo e de mercado

| Produto | Unidade | Preço mínimo | | Preço mercado ³ |
|--------------------|-------------------|--------------|------------|--------------------------------------|
| | | 2006/07 | 2007/08 | |
| Arroz | saca de 50 quilos | R\$ 22,00 | R\$ 25,80 | R\$ 33,00 |
| Feijão | saca 60 quilos | R\$ 48,42 | R\$ 80,00 | R\$ 200,00 |
| Milho ¹ | saca 60 quilos | R\$ 14,00 | R\$ 16,50 | R\$ 23,00 |
| Milho ² | saca 60 quilos | R\$ 11,00 | R\$ 13,20 | R\$ 14,00 |
| Trigo | tonelada | R\$ 400,00 | R\$ 480,00 | R\$ 730,00 (PR) e R\$ 610,00 (RS) |

Fonte: MAPA

1 Sul, Sudeste, Goiás e Distrito federal. 2 Mato Grosso e Rondônia. 3 sondagem

ção de cabotagem para embarcações de bandeira estrangeira. É uma das alternativas para reduzir custos no transporte de produtos e insumos entre portos dentro do País.

De qualquer forma, os olhos estão voltados para o próximo ciclo. Enchente e seca nos Estados Unidos provocam alvoroço nas cotações de milho e soja na Bol-

sa de Chicago (CBOT). Até agosto, o comportamento do mercado será pautado pelas condições climáticas no Meio Oeste norte-americano. Mesmo assim, a consciência geral é de cautela. Calejados pela amargas experiências vividas nas safras 2004/05 e 2005/06, os agricultores sabem que uma decisão errada poderá ter consequências sérias no futuro. ■

Safrá 2007/08 II

Agricultura familiar

O GOVERNO lançou um plano mais convincente para desenvolver e explorar a potencialidade da agricultura familiar, com base na inserção mais forte da mecanização no processo produtivo.

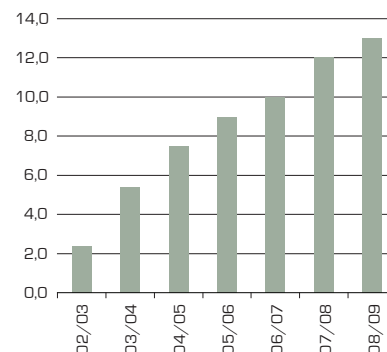
Como incentivo para aumentar a produtividade e a produção de alimentos, a meta é comercializar 60 mil tratores e 300 mil máquinas e implementos agrícolas até 2010. É um caminho mais concreto para ampliar os horizontes de uma agricultura fadada ao sistema de subsistência.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamen-

tos (Abimaq) e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), assinaram termos de cooperação, que garantem descontos de até 17,5% nos preços de tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário, diante da crise de alimentos, estão novamente tratando o investimento em agricultores pobres como uma estratégia de desenvolvimento. Cresce a visão entre os especialistas de que a maioria dos países pobres necessita de uma agricultura produtiva e saudável como base para uma economia robusta. ■

Brasil: crédito rural para a agricultura familiar (R\$ bilhões)



Fonte: MAPA

Movimento contra a inflação

Vítimas da fome na esteira da derrota na Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, no presente, somente o Japão e a Alemanha, entre os países do G8 tem sobra de grãos em estoque. Apelas contas da FAO (braço da ONU para agricultura e alimentação) os estoques mundiais de cereais batem no seu menor nível das últimas três décadas. Isso acontece sem ocorrer grandes catástrofes que dizimam a produção.

Os cálculos do Banco Mundial apontam que a disparada dos preços dos alimentos levará 100 milhões de pessoas à fome neste ano. Está em formação um plano que inclui quotas para cada país participante. Será um sistema de gerenciamento dos inventários e dos canais pelos quais os grãos seriam liberados para o mercado.

Existem outros fatores para explicar o aumento dos preços dos alimentos, além da baixa dos estoques. O principal deles parece ser o consumo em países emergentes de grande porte, como a China e Índia, sem que a produção tivesse acompanhado a demanda. Entra nessa discussão uma variável polêmica em torno da especulação dos preços dos alimentos ante os estoques baixos. O assunto é delicado. Um caminho seria tanto o governo como a iniciativa privada buscarem formar estoques para evitar grandes oscilações de preços.

Crédito

Recursos: de R\$ 12 bilhões para R\$ 13 bilhões

Investimento: passa de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 6 bilhões

Linha Mais Alimentos: limite de R\$ 100 mil, juros de 2% AA, prazo de 10 anos, carência de 3 anos e opção de pagamento por equivalência produto

Tratores: financiamento com desconto médio de 15% máquinas de até 75 cv, equipamentos e implementos, além de correção de solo, a armazenagem, pomares, genética, florestas e correção de solo

Assistência técnica

Recursos: passa de R\$ 168 milhões para R\$ 397 milhões

Rede de extensionista: amplia de 20 mil para 30 mil

Acesso a crédito

Juros de custeio ao ano: cai de 3,0% a 5,5% para 1,5% a 5,5%

Juros de investimento ao ano: cai de 2,0% a 5,5% para 1,0% a 5%

Reforma agrária

Crédito de instalação por família: sobe de R\$ 4,8 mil para R\$ 12 mil

Limite de crédito de custeio: passa de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil

Limite de crédito de investimento: passa de R\$ 18 mil para R\$ 21,5 mil

Programa de aquisição de alimentos

Compras diretas de 15 produtos (trigo, cebola, mamona, pimenta, etc)

Orçamento passa de R\$ 439,0 milhões para R\$ 623,2 milhões

Preços mínimos até 56% mais altos

Seguro rural

Cobertura de 100%: sobe de R\$ 1,8 mil para R\$ 2,5 mil em arroz, feijão, milho, trigo e mandioca

Garantia de 65% da renda líquida esperada por propriedade.



Especial Mecanização

Novos horizontes para a pequena propriedade

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------|----|
| O impacto do Moderfrota | 15 |
| Nove anos de modernização | 18 |
| Duas fases | 19 |
| Modelo para outros programas..... | 20 |
| Retomada da demanda | 20 |
| Evolução tecnológica..... | 21 |
| Pesquisa e tecnologia | 21 |
| Choque de competitividade..... | 22 |

O impacto do Moderfrota

O impulso de crescimento do setor coincide com o lançamento do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), lançado em março de 2000. O País apresentava um dos mais baixos índices de mecanização de sua agricultura, quando comparado a países de iguais dimensões. A frota brasileira de máquinas agrícolas era pequena e em processo de sucateamento: 500 mil tratores e 50 mil colheitadeiras, com taxa de obsolescência em torno de 30%.

Número de hectares por máquina agrícola (1999)

| País | Tratores | Colheitadeiras |
|----------------|----------|----------------|
| Brasil | 116,3 | 1.078,6 |
| Estados Unidos | 36,5 | 264,4 |
| Canadá | 61,3 | 292,6 |

Fonte: USDA

Essas comparações evidenciavam que o País precisava incrementar as vendas de máquinas para se aproximar dos padrões prevalentes noutros países. Nos três primeiros anos, os recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somaram R\$ 3,5 bilhões. Era uma demonstração das potencialidades do mercado brasileiro para o segmento em âmbito mundial. Assim, não é por acaso o destino preferencial dos novos investimentos em plantas montadoras.

A política de concessão de crédito dos bancos ligados às empresas de máquinas teve o benefício do Moderfrota. Com juros abaixo daqueles cobrados por outras operações de crédito, o modelo é atraente tanto para a instituição financeira quanto para o agricultor. Enquanto o banco consegue escala e aumenta os ganhos com financiamento, os agricultores conseguem crédito a taxas mais baixas e com menos burocracia.

De 1999 a 2004, o Brasil fez uma substancial modernização de seu parque de produção de máquinas agrícolas e conquistou a posição de exportador competitivo. Uma série de fatores favoráveis ajudou o vento a soprar a favor neste período, como:

- A ampliação de novos mercados;
- O câmbio favorável;
- O crescimento da produção agrícola na América Latina;
- Os programas de renovação de suas frotas de governos de países compradores.

Esse cenário contribuiu para um forte crescimento da exportação brasileira de tratores e colheitadeiras. Mas, a valorização mundial de *commodities* como a soja também gerou o aumento das plantações e da venda de máquinas no Brasil. O crescimento do mercado interno levou os fabricantes de tratores e colheitadeiras a investir na produção e modernização. O resultado veio com o aumento da competitividade das máquinas brasileiras.

Os embarques brasileiros chegaram pela Agco aos Estados Unidos e à América Latina. O programa de renovação de fro-

ta do governo da Venezuela ajudou a puxar as exportações de colheitadeiras. A Rússia, grande produtor agrícola, e com a frota de veículos sucateada, tem sido um grande mercado. A New Holland desenvolveu negócios na Malásia, Tailândia, em Moçambique e no Quênia.

Marcas como New Holland, Case e Agrale marcam posição nos campos brasileiros. A Agco investiu US\$ 15 milhões na ampliação da fábrica de Canoas, com o objetivo de exportar para mais 41 países. Ela produz as máquinas agrícolas Massey Ferguson, e traçou um amplo programa de reestruturação: desativou sua unidade inglesa de Coventry e elegeu a fábrica de Canoas, no Rio Grande do Sul, para novo pólo de abastecimento do mercado internacional. Com isso, a capacidade de produção da empresa alcançou 20 mil unidades anuais. Boa parte dessa produção é exportada em CKD, termo usado para a venda dos produtos desmontados.

A escolha do Brasil não foi ao acaso. Foi o reflexo do potencial tecnológico galgado pelo País na produção de tratores, colheitadeiras, semeadeiras e demais equipamentos agrícolas.

No mesmo caminho seguiu a CNH, detentora das marcas Case e New Holland, principalmente em relação aos produtos de alta tecnologia, como a colheitadeira Axial-Flow, por exemplo.

A qualidade e a velocidade de lançamentos de produtos no Brasil acompanhavam a dos centros mais competitivos, como o americano e o europeu. “A evolução do potencial tecnológico deve ser creditada em boa parte ao crescimento da agricultura brasileira e ao apoio do governo no financiamento da substituição da frota agrícola”.

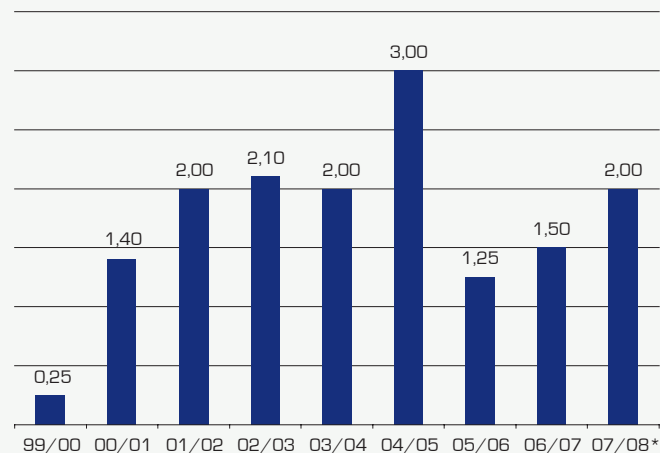
“O Moderfrota é uma ferramenta que dá acesso à mecanização agrícola para os produtores rurais manterem suas frotas atualizadas tecnologicamente. Com isso o Brasil tem atingido os mais altos padrões de produtividade na agricultura mundial”, diz Milton Rego, diretor de Relações Externas da CNH Latin America.

Quebra do ciclo

Em 2005, houve uma abrupta esfriada do mercado, em razão da alta dos preços do aço, principal matéria-prima do setor, e da valorização cambial do real. Com isso, o período de bonança do setor de máquinas e equipamentos agrícolas teve uma interrupção. A prosperidade no campo estancou e as vendas recuaram. Com os preços médios dos grãos em um patamar inferior ao de 2004, os produtores rurais engavetaram seus projetos de comprar aquela colheitadeira com ar-condicionado ou o trator de última geração. Os pátios das indústrias de máquinas e implementos agrícolas ficaram lotados.

Existiram motivos para a quebra de um ciclo de crescimento do setor, que já durava cinco anos. Um deles foi a queda do preço da principal *commodity* agrícola brasileira, a soja, que, depois de bater em US\$ 350 a tonelada em 2004, voltou para os US\$ 200. Para piorar, o dólar despencou, de R\$ 3, no final de 2004, para perto de R\$ 2,40, no primeiro semestre de 2005. Outro problema grave foi o aumento dos custos da produção agrícola,

Moderfrota: desembolsos do BNDES (R\$ bilhões)



* Projeção Fonte: MAPA

principalmente por causa do maior uso de defensivos contra a ferrugem na soja. Além disso, houve a seca.

Período nervoso e de pouca ponderação. O dinamismo do mercado de máquinas foi suportado entre 2003 e 2004 pelo incremento da demanda e da oferta de crédito oficial. Mas, as cotações dos insumos estratégicos utilizados nesse segmento (aço, metais, borracha etc.) tiveram preços majorados muito acima da inflação e da variação cambial. Isso era repassado para o produto e a relação de troca ficou desfavorável para o produtor.

O mercado teve uma rápida reversão. Preços menores, facilidades para pagamento e lançamentos de produtos mais baratos, muitas vezes sem reajustes, marcaram as temporadas de 2005 e 2006. As indústrias precisaram ser mais criativas diante da queda nas vendas. Foram rediscutidos preços e prazos com os fornecedores. Houve um realinhamento de produtos, a desespecificação no jargão do setor. Os opcionais de tratores e colheitadeiras saíram da oferta.

Com a descapitalização dos agricultores de grãos, o Sudeste surgiu como alternativa de crescimento nas vendas, em razão da conjuntura mais positiva nas culturas de cana-de-açúcar e de café, predominantes nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em 2006, mudanças no perfil da demanda ajudaram as vendas de tratores. As empresas tiveram de se adequar à dura realidade. O setor canavieiro e a agricultura familiar determinaram o ritmo das vendas. Já no final deste ano, apareciam as primeiras expectativas de uma retomada das compras por produtores de grãos, o principal mercado para tratores e colheitadeiras. Era o sinal de reversão do ciclo de baixa do setor. As vendas de máquinas no Brasil caíram a níveis bastantes críticos entre 2005 e 2006, os piores anos da crise.

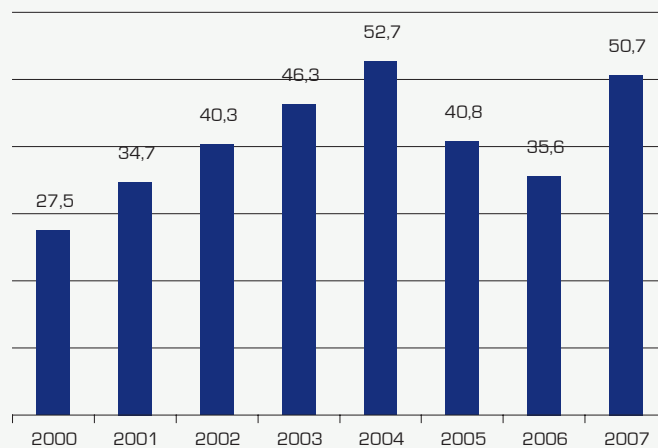
Para a cadeia produtiva da cana, a CNH lançou tratores e elevou as vendas com a marca Case, enquanto a americana John Deere reforçou a linha de produtos com tratores de alta potência (acima de 150 cv). A Valtra (controlada pela Agco), líder tradicional nas vendas de tratores para cana, teve de enfrentar maior concorrência.

A New Holland impulsionou suas vendas para os segmentos citrícola e de celulose. A brasileira Agraler, que nos últimos anos ampliou sua linha com modelos de maior potência até 170 cv, elevou as vendas para atender a hortigranjeiros, produtores de arroz, fumo e milho, com a liberação de recursos do Pronaf para agricultores familiares.

O aumento da produção observado em 2007 está relacionado ao crescimento da demanda interna. Além do bom desempenho da atividade canavieira, a colheita de grãos voltou a dar lucro. Mas, o desempenho das exportações continuou fraco, com as dificuldades do câmbio sobrevalorizado e das condições estruturais do país, como logística, burocracia, custo de frete e tributos em cascata.

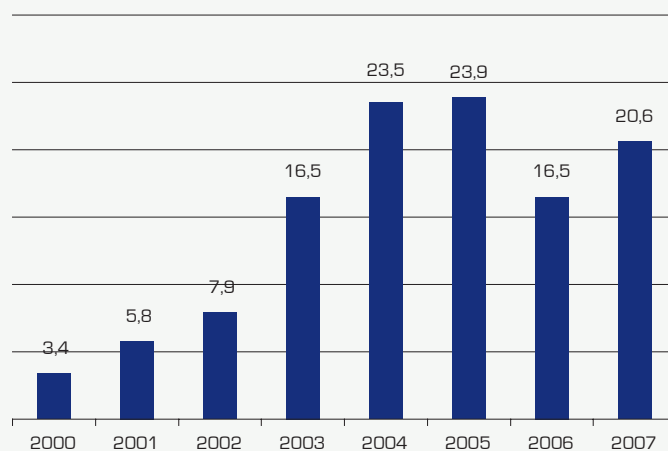
O governo federal reduziu a taxa de juros do Moderfrota, de 9,5% ao ano para 7,25% na safra 2007/08. O volume disponibilizado continuou no mesmo patamar do ciclo anterior, de R\$ 3 bilhões.

Brasil: produção de tratores (mil unidades)



Fonte: Anfavea

Brasil: exportação de tratores (mil unidades)



Fonte: Anfavea

Também houve acerto nas negociações das parcelas vencidas ou vincendas em 2007. Os recursos envolvidos, da ordem de R\$ 3 bilhões, receberam tratamento especial como:

- Pagamento mínimo de 30% da parcela de 2007;
- Prorrogação do restante para um ano após o final do contrato;
- Bônus de 15% para quem pagar parte da dívida;
- Prorrogação dos empréstimos para os produtores com renda principal obtida de algodão, arroz, milho, trigo e soja.

No primeiro semestre de 2008, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores, as vendas de tratores e colheitadeira no mercado interno, em relação ao mesmo período do ano passado, cresceram 52,4%, para 25.394 unidades. Nas vendas externas, a expansão foi de 26,5%, para 14.751 mil máquinas.

Em outubro de 2007, a John Deere começou a operar sua fábrica de tratores em Montenegro (RS). Com investimento de

Brasil: evolução da frota por tipos e marcas

| 1. Tratores de roda | 1982 | 2006 | 2011 |
|---------------------|---------|---------|---------|
| Agco | 200.381 | 130.117 | 123.415 |
| Agrale | 35.406 | 15.532 | 16.352 |
| Case | 1.698 | 1732 | 2.897 |
| CBT | 54.149 | 5.409 | 1.504 |
| Deutz | 90 | 34 | 2 |
| Eengesa | 939 | 85 | 12 |
| Fendet | 4 | 5 | 0 |
| John Deere | 0 | 26.150 | 33.439 |
| New Holland | 79.126 | 76.485 | 78.507 |
| Santa Matilde | 457 | 53 | 5 |
| Valtra | 142.401 | 92.397 | 99.861 |
| Yanmar | 3.296 | 9.259 | 13.533 |
| Total | 517.947 | 357.258 | 369.527 |
| 2. Colheitadeiras | | | |
| Agco | 15.012 | 10941 | 8.499 |
| Case | 0 | 1.311 | 1.873 |
| Ideal | 8.531 | 2.005 | 592 |
| John Deere | 20.061 | 16.684 | 14.289 |
| New Holland | 18.341 | 17.620 | 15.441 |
| Total | 61.945 | 48.561 | 40.694 |

Fonte: Fraga Marketing

US\$ 80 milhões, a unidade tem capacidade anual de até 15 mil unidades, praticamente o dobro da atual. Naquele mês, iniciou-se a produção piloto de tratores de potência mais alta destinados ao setor canavieiro e a grandes lavouras de grãos.

Na parte de colheitadeiras, a unidade em Horizontina (RS) recebeu investimentos de US\$ 40 milhões para elevar a capacidade instalada. A operação brasileira da John Deere recebeu outros US\$ 130 milhões para capital de giro. Outra modalidade de vendas da John Deere será o consórcio. Com mais de R\$ 300 milhões em contemplações, o Consórcio Nacional John Deere completou dez anos sendo responsável por 5% da comercialização de máquinas agrícolas da empresa. Esse modelo será levado para a Argentina, em parceria com uma empresa local.

A Agco do Brasil, líder em tratores no País com a marca Massey Ferguson, adquiriu em setembro do ano passado a fabricante de implementos agrícolas Sfil, de Ibirubá (RS). A meta é dobrar a participação da empresa no mercado de plantadoras, para 10% em cinco anos. A fábrica de tratores da Agco localiza-se em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, e a unidade de colheitadeiras fica em Santa Rosa, no noroeste gaúcho.

A reação na comercialização de tratores e colheitadeiras no Brasil ganha sustentação, com tendência de aceleração das vendas até 2010. O lado negativo é o impacto do aumento dos preços de insumos empregados no setor, notadamente o aço e o petróleo.

Há também problemas ligados à escassez de alguns materiais utilizados na produção, especialmente pneus e peças, com demanda aquecida na indústria de automóvel, ônibus e caminhão.

O mercado de colheitadeiras e tratores para cana cresceu nos últimos cinco anos e deve atingir um patamar praticamente estável em 2008. Devido aos preços abaixo da expectativa para o álcool, foram adiados alguns planos dos produtores para mecanização das operações. No caso dos grãos, a recuperação registrada em 2007 deve acentuar em 2008, por conta de uma demanda latente pela renovação da frota de máquinas, adiada pelo período de preços baixos dos produtos na maior parte de 2005 e 2006.

Nove anos de modernização

Criado com o objetivo de promover a modernização do parque brasileiro de máquinas agrícolas, o programa tornou o País eficiente e competitivo até no mercado internacional

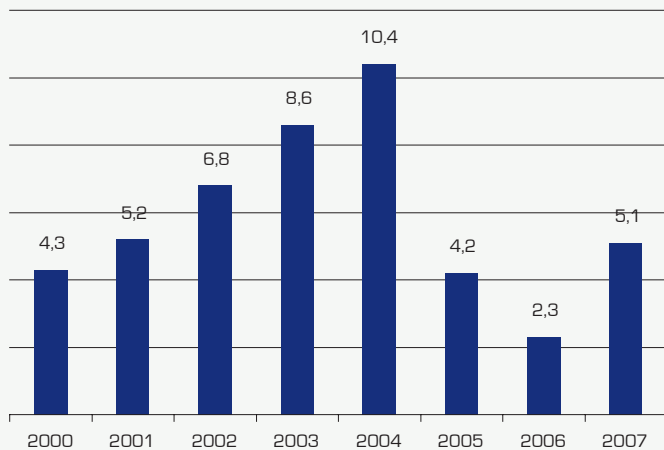
O Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras), do governo federal, com recursos repassados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), foi um divisor de águas no segmento de máquinas agrícolas. Criado em 2000 com a incumbência de renovar o parque de máquinas agrícolas, velhas e obsoletas, foi além, não apenas em quantidade, mas em qualidade e inovação.

O programa promoveu uma revolução sem precedentes no campo e, hoje, o País é referência em tecnologia de ponta no segmento, com capacidade e categoria para atender à demanda dos mercados interno e externo, fornecendo produtos de vanguarda, de modelos, tipos, funções e tamanhos diferenciados, contemplando do micro ao grande produtor.

O Moderfrota entra no seu nono ano de atividade em 2008, e especialistas são unânimes em afirmar que o programa, além de cumprir sua proposta, mudou radicalmente o cenário agrícola do País, sendo o grande responsável pela geração de máquinas novas, produzidas com tecnologia de vanguarda, desenvolvidas desde então. De 2001 a 2007, mais de R\$ 14,7 bilhões foram aplicados na modernização do parque mecanizado brasileiro, segundo o BNDES. Considerando os desembolsos do programa até o primeiro trimestre deste ano, o valor já alcança R\$ 15,2 bilhões, conforme estatísticas do banco.

Nos anos 70, o setor de máquinas, tratores e equipamentos agrícolas chegou a fabricar 82 mil unidades por ano. No entanto, ao longo das décadas seguintes, o ritmo de produção desacelerou. Em 1999, foram produzidas apenas 28,2 mil unidades.

Brasil: produção de colheitadeira (mil unidades)



Fonte: Anfavea

Segundo a Anfavea, em 1990, o Brasil possuía uma frota de tratores de roda estimada em 551 mil unidades para uma área cultivada de 47,6 milhões de hectares.

Em 1999, eram somente 460 mil unidades em operação no campo, para uma área plantada de 53 milhões de hectares. Os números refletem a descapitalização do produtor rural e indicam que, em nove anos, a frota de tratores de roda perdeu 91 mil unidades, enquanto a área cultivada aumentou em três milhões de hectares.

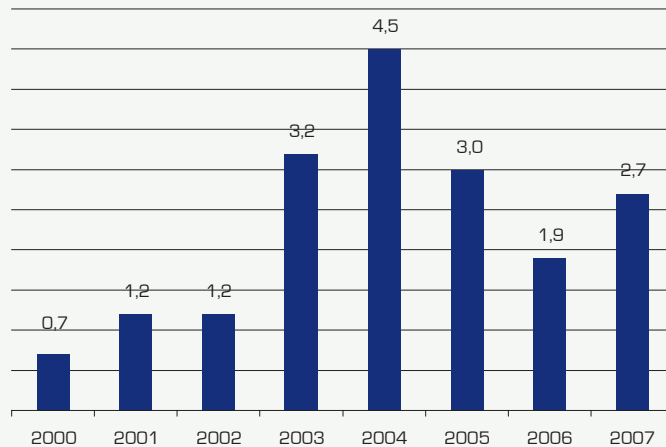
Com a Moderfrota, a indústria ganhou novo fôlego, e fechou 2004 com uma produção de 62 mil unidades. A comercialização também refletiu esse incremento. Enquanto, no período de 1995 a 1999, a venda de tratores e colheitadeiras no mercado interno alcançou 91,2 mil unidades, de 2000 a 2005 o mercado absorveu 188,1 mil máquinas, números da Anfavea.

Impulsionadas pelo Moderfrota, de 2000 a 2007 as indústrias brasileiras produziram 329,7 mil tratores, ante 225,5 mil tratores de 1990 a 1999.

Vale lembrar que o resultado não foi melhor por causa da crise de 2005 a 2006. Nesse período, o setor de máquinas agrícolas, a exemplo de vários outros segmentos, conviveu com um cenário econômico desfavorável, com câmbio fraco, problemas climáticos e fitossanitários (ferrugem da soja), o que levou ao desaquecimento causado pela retração na venda das indústrias instaladas no País.

Na contramão da crise, as empresas continuam buscando novos nichos de mercado e investindo na modernização da produção e na ampliação da capacidade produtiva (a John Deere,

Brasil: exportação de colheitadeiras (mil unidades)



Fonte: Anfavea

por exemplo, inaugurou em maio deste ano uma nova fábrica de tratores, em Montenegro, RS).

Desde o ano passado, porém, o vento está soprando a favor do setor, graças à reação dos preços de algumas *commodities* e ao incremento da cana para biodiesel, sinalizando a recuperação e a retomada dos investimentos, inclusive em máquinas agrícolas, grande parte com financiamentos do Moderfrota.

Duas fases

O engenheiro agrônomo e produtor rural Allysson Paolinelli considera que o Moderfrota teve duas fases. Na primeira, embora houvesse a necessidade de o Brasil se modernizar, o programa esbarrou no tamponamento causado por sete planos econômicos. “Foi o maior desastre que o País já teve, tirou a renda do setor, que ficou quase hibernando. Numa linguagem direta, passamos a ser quase “extrativistas”, observa ele com a categoria de quem já foi ministro da Agricultura. “Como não tinha renda para trocar máquinas, tampouco para comprar insumos, o uso da tecnologia ficou restrito, e o início do programa não conseguiu cumprir o seu desiderato, que era substituir a frota velha e obsoleta”, argumenta.

Brasil: vendas internas de tratores de rodas

| Classe de Potência | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|--------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Até 49 cv | 843 | 840 | 849 | 992 | 899 | 1.175 | 1.042 |
| Até 50 cv a 99 cv | 11.248 | 14.190 | 15.522 | 18.785 | 14.689 | 14.160 | 10.999 |
| De 100 cv a 199 cv | 6.641 | 9.126 | 11.649 | 13.325 | 13.636 | 13.002 | 5.398 |
| Acima de 200 cv | 56 | 135 | 70 | 84 | 181 | 299 | 104 |

Fonte: Anfavea

A segunda etapa, na visão de Paolinelli, começou quando o governo não conseguiu sustentar o Plano Real, baseado em uma âncora cambial. “Felizmente, no início do novo século, o Plano Real se perdeu e, com o estouro, o agricultor passou a usar esse instrumento, agora fabuloso, o Moderfrota, que explodiu e cumpriu a sua proposta.”, analisa. “O produtor pôde, enfim, respirar apoiado nos recursos de governo, e até de algumas empresas que colocaram dinheiro próprio no novo projeto.”

Opinião semelhante à de Paolinelli é compartilhada por João Sampaio, secretário da Agricultura do Estado de São Paulo. “O Moderfota trouxe um fôlego novo para o agronegócio, que amargou, entre 1994 e 1999, o desconforto do descasamento da composição do custo e da transformação do real, o que gerou um problema no primeiro mandato do governo FHC [Fernando Henrique Cardoso]”, explica.

Modelo para outros programas

“O Brasil não estaria na posição em que se encontra hoje sem o Moderfrota”, afirma o vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Gilberto Zago, lembrando que antes do programa a produção brasileira de grãos estava estacionada na faixa de 80 milhões de toneladas. “Enquanto a área plantada cresceu 30%, a produção de grãos saltou de 80 milhões de toneladas para 140 milhões de toneladas”, compara, e acrescenta que isso se deve ao aumento da produtividade, ao desenvolvimento de novas variedades adequadas às condições brasileiras e à tecnologia embarcada de precisão no plantio.

O secretário de Agricultura de São Paulo considera que Moderfrota foi um dos divisores de águas, sendo um componente principal na modernização e no crescimento do produtor e do produto brasileiro. “Na esteira do Moderfrota, passamos a produzir mais, com qualidade e maior produtividade, melhoramos o plantio, o solo e o transporte”, enumera. “Passamos a ter máquinas mais econômicas, com redução no consumo de combustível, e menos poluidoras, além de utilizar o plantio direto, com resultado efetivo na melhoria do solo e do ambiente.”

Para o diretor de Marketing da Valtra, Leandro Marsili, o Moderfrota foi a grande ferramenta de renovação da frota brasileira de máquinas agrícolas, e continua sendo o principal meio para a aquisição dessas máquinas. “É o grande responsável pela ampliação da frota brasileira, o que possibilitará que o País atenda à expectativa de se tornar um grande fornecedor mundial de alimentos”, diz. “É o que sustenta a indústria.”

Na opinião de Marsili, o programa está bem elaborado, se for levado em conta o mecanismo de produção agrícola. “Entre o plantio e a colheita, leva um tempo considerável para que o produtor comece a ser remunerado pelo investimento que ele fez”, explica.

“O Moderfrota foi tão bem-sucedido que serviu de modelo para outros programas, como o Pronaf, voltado para o produtor da agricultura familiar, que também se profissionalizou, o Moderagro (recursos naturais) e o Moderinfra (irrigação e armazenagem), apenas para citar alguns”, salienta o diretor de Operações Comerciais da Massey Ferguson, Carlito Eckert.

Nessa linha, Sampaio cita a recente iniciativa do governo paulista, o Programa Agricultura Moderna, lançado este ano na Agrishow, pelo governador José Serra, voltado para o financiamento de tratores a juro zero para pequenos e médios produtores. Por meio do programa, o governo vai financiar a comprar de 6.000 mil tratores de 50 a 90 cv para o agricultor com renda de até R\$ 400 mil, e vai pagar o juro. “Trata-se de uma forma de incentivar as pessoas a comprar mais tratores e máquinas”, afirma. “Não é tão ambicioso como o Moderfrota, mas é um programa mais moderno e melhor em termos financeiros”, compara. O novo programa substitui o Faep, que é anterior ao Moderfota, mas que só atendia aos pequenos e miniprodutores.

“O leque de mecanização está mais acessível aos produtores, graças ao Moderfrota e outros programas estaduais e federais que tornam viáveis financiamentos até para os produtores da agricultura familiar”, afirma Zago.

Retomada da demanda

Segundo o vice-presidente da Anfavea, ainda há ainda espaço para mecanização nas lavouras brasileiras, com maior demanda por máquinas nas Regiões Sul e Sudeste. Zago acrescenta que, pelos cálculos da Anfavea, ainda levará de um a anos anos para que o produtor do Centro-Oeste volte a realizar investimentos significativos em sua frota.

Zago lembra que, em 2004, a soja impulsionou os negócios e o Centro-Oeste sustentou-os. Já em 2008, ele diz que o cenário é de bons preços das *commodities*, principalmente trigo e arroz, além de laranja, frutas, hortigranjeiros, café e produtos florestais, que estão em melhores patamares que em 2004. Considerando que a demanda da cana voltada para a energia continua estabilizada, e o algodão está em patamares aceitáveis, observa que o conjunto de fatores sinaliza uma melhor renda agrícola em 2008.

“Os sinais para a indústria e a agricultura são positivos”, acrescenta, lembrando, porém, que o produtor tem contratos de longo prazo e nem sempre o preço, que reflete o momento da transação, corresponde ao que ele vai produzir. As atenções, no momento, estão voltadas para as condições do plano-safra. “É o momento em que o produtor vai balizar o seu plantio e as compras, seja de insumos ou de máquinas”, avalia Zago.

Evolução tecnológica

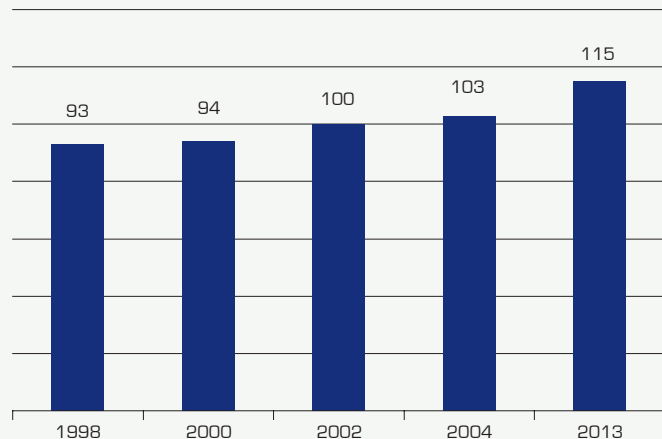
Embora, antes do advento do Moderfrota, existissem produtos disponíveis no mercado, eles eram inacessíveis ao agricultor, segundo Eckert. “Por essa razão, antes do programa, a idade média das máquinas ultrapassava 20 anos”, justifica. “Imagina o quanto essas máquinas evoluíram em uma década!” Segundo o executivo da Massey Ferguson, as máquinas modernas possibilitaram a ampliação da produtividade de grãos via produção, sem aumentar custos.

“Estima-se que, no período de 2001 a 2008, mais de um terço da frota de máquinas agrícolas foi renovado, mas ainda temos uma idade média alta”, ressalta Eckert. Ele acrescenta que, nesse período, muitas máquinas foram descartadas e outras tantas direcionadas a operações no campo com menor nível de exigência.

Em oito anos, grandes indústrias de tratores, colheitadeiras, equipamentos e implementos agrícolas ampliaram seus negócios no Brasil, inauguraram novas plantas industriais e desenvolveram um leque de produtos com tecnologia mais moderna do mundo. Segundo o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, novas técnicas utilizadas no campo obrigaram essa modernização. Nesse sentido, ele destaca o plantio direto, que elimina as operações de aração e gradagem, com ganhos ambientais na conservação do solo, com redução dos gastos com óleo diesel, e queda do custo de produção.

“Hoje, o Brasil ensina ao mundo a técnica de plantio direto na agricultura tropical”, atesta Zago, da Anfavea. Em sua opinião, o Moderfrota também impulsionou as pesquisas que desenvolveram tecnologias voltadas para a mecanização das culturas. “O trigo, o arroz e a soja são bons exemplos, isso sem mencionar os setores florestais, fruticultura, cafeicultura, citricultura, entre outros”, cita.

Brasil: potência média dos tratores de roda (HP)



Fonte: Abimaq

Hoje, calcula-se que 70% a 80% das lavouras brasileiras são cultivadas pelo sistema de plantio direto, segundo Eckert. “Não se mexe na terra, controla-se a erosão, reduzem-se as perdas e aumenta-se a produtividade mantendo a matéria orgânica no solo”, enumera as vantagens do sistema.

Rodrigues também lembra que, na esteira do Moderfrota, surgiu a agricultura de precisão, com novas ferramentas que permitiram o uso racional dos recursos naturais e dos insumos agrícolas, evitando perdas, aumentando a produtividade e dando sustentabilidade à atividade produtiva.

Pesquisa e tecnologia

“A frota brasileira de máquinas agrícolas cresceu, não apenas em volume, mas em capacidade e potência”, afirma Zago. Para se ter uma idéia da revolução ocorrida no setor, Rodrigues afirma que a indústria oferece hoje várias opções de potência, de pequenos tratores com 25 cv até máquinas com mais de 300 cv. A vantagem, segundo ele, é a gama de utilização de implementos que essas máquinas oferecem, de pequenos a grandes, com menor ou maior velocidade.

Cabinas fechadas climatizadas, com ar-condicionado, volantes ergonômicos, mais leves, e instrumentos de precisão, como o GPS, entre outros, dão conforto ao operador, além de conferir maior autonomia nas operações que hoje podem ser realizadas durante a noite, aproveitando todo o potencial da máquina. Ainda nessa linha, Zago cita técnicas de mapeamento das lavouras por meio de satélite, instalação de monitores nas colheitadeiras, para indicar as áreas de baixa produtividade, importante orientação para a realização da análise do solo, entre outras tecnologias.

“Foi o casamento perfeito entre pesquisa e tecnologia”, enfatiza Eckert, que destaca a evolução no conceito de máquinas. “As colheitadeiras, por exemplo, tornaram-se maiores e mais modernas, e as indústrias passaram a atender à necessidade do produtor, com máquinas capazes de colher na janela de plantio, que, no Centro-Oeste, corresponde a 40 dias”, detalha. Além de crescer o tamanho das colheitadeiras e plantadeiras e aumentar a potência média dos tratores, surgiram pulverizadores auto-propelidos de grande capacidade e máquinas específicas para determinadas lavouras.

Do lado do produtor, ele cita como principal resultado o acesso à tecnologia moderna que refletiu no aumento da produtividade, na redução de perdas e na melhoria da renda. “Isso possibilitou inserir a agricultura brasileira entre as mais avançadas do mundo e até mesmo a ficar na frente de países antes tidos como vanguarda”, avalia Eckert.

Choque de competitividade

“O Moderfrota proporcionou ao produtor o acesso a um portfólio completo de máquinas, o que levou ao crescimento da produtividade agrícola. Como tinha mercado certo, as indústrias aceleraram as ofertas. A demanda cresceu pela renovação da frota e pelo aumento da escala, e o País passou a ser competitivo para exportar”, explana Eckert.

Graças ao fôlego dado pelo Moderfrota, as fábricas brasileiras tornaram-se mais competitivas no mercado internacional e, a partir de 2002, o País saiu da condição de importador de máquinas agrícolas para a de exportador. O resultado, de acordo com o ministro Rodrigues, foi um superávit de US\$ 879,5 milhões em 2006 (em 2001, o saldo comercial negativo do setor era de US\$ 98,1 milhões) com o aumento de volume exportado.

Hoje, as máquinas brasileiras são enviadas para cerca de 150 países, uma lista que inclui Argentina, México, Venezuela, Paraguai, África do Sul e Estados Unidos. Esse cenário se deve ao Moderfrota e à Agrishow, na opinião do ex-ministro da Agricultura. “A Agrishow inaugurou uma nova fase para a indústria de máquinas agrícolas ao mostrá-las ao comprador em operação, em várias etapas do cultivo, competindo umas com as outras”, diz.

O diretor de Marketing da Valtra confirma a importância do programa como incentivo ao investimento e ressalta o papel do Moderfrota na aceleração das pesquisas sobre novas tecnologias. “Como resultado, hoje, a oferta de máquinas agrícolas

brasileiras tem o mesmo nível de países de Primeiro Mundo, grandes produtores agrícolas”, salienta.

“Tecnicamente, o Brasil tornou-se competitivo no âmbito mundial, comparado a qualquer país. O único problema é o câmbio que emperra as exportações”, reclama Eckert.

Para Mário Fioretti, da Anfavea, o Moderfrota refletiu o anseio do setor, que defendia um programa que propiciasse um volume regular de vendas. “Proporcionou a atualização das máquinas e levou o País a se transformar em um pólo produtor e exportador”, salienta, lembrando que diante do novo ânimo duas grandes empresas – Case e Massey Ferguson – desativaram fábricas no exterior e trouxeram suas plantas industriais para o Brasil. “No caso da Massey, a fábrica de colheitadeiras localizada em Santa Rosa, RS, tornou-se um centro de desenvolvimento dessas máquinas para o mundo, consequência do Moderfrota”, observa.

A condição de exportador de máquinas agrícolas que o País incorporou nos últimos anos foi via Moderfrota e pesquisa, na opinião de Zago, da Anfavea. Segundo ele, depois do programa, a partir do ano 2000, as feiras se consolidaram como uma oportunidade de reforçar a presença institucional e de lançamentos. “Tanto que as fábricas sempre planejam apresentar novidades em vários eventos, seja para a área de grãos, cana, café, fruticultura, hortaliças e agricultura familiar, dependendo da identidade mais forte com cada um desses segmentos”, explica. “E a Agrishow é a grande vitrine.”

Fantasma do endividamento

Nos últimos dois anos, sempre que o assunto é Moderfrota, vem à tona a dívida do produtor rural. No entanto, muitos garantem que o endividamento é um fato histórico e tem raízes nos anos 90. “Hoje, a menor dívida do produtor talvez seja a relacionada ao Moderfrota. As maiores são relativas a custeio e insumos, pela ordem”, afirma o secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, João Sampaio.

“A parcela referente ao Moderfrota é a menor”, concorda com Sampaio o ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli. Para ele, o endividamento do setor é resultado de uma equação errônea em cima do setor produtivo, e não da incompetência do produtor. “É fruto de uma política errada, que colocou juros altos, muito maiores do que o agricultor podia pagar, e falou, ‘se vira!’”, enfatiza.

O diretor de Operações Comerciais da Massey Ferguson, Carlito Eckert, também atribui o endividamento a fatores climáticos, aumento dos custos em função das pragas e câmbio, que consumiram a renda do produtor. “Houve um descompasso entre o câmbio do plantio e o da colheita nos anos 2005 e 2006, mas a renda está melhorando”, prevê. Ele aponta situações localizadas, principalmente nas novas fronteiras, por cau-

sa do alto custo de abertura dessas áreas. Lembra que não existe um número fechado sobre a dívida e garante que a parcela referente ao financiamento para mecanização é pequena.

Sampaio lembra que o Moderfrota foi lançado junto com a renegociação das dívidas. “O refinanciamento restabeleceu o crédito e o novo programa veio com a possibilidade de financiar o produto”, explica. Atualmente, ela aponta duas situações distintas em relação às dívidas dos produtores relacionadas ao financiamento de máquinas agrícolas. “A primeira reflete a queda de renda do produtor durante dois anos (2005 e 2006), causada pela ferrugem asiática, câmbio, aumento dos custos de logística e de insumos”, analisa. A outra situação, diz, se refere ao arranjo sobre a prorrogação dessas dívidas, a primeira parcela para o final do contrato e a outra, diluída nas demais prestações. “Era uma questão de sobrevivência, principalmente no Centro-Oeste”, sentencia o secretário da Agricultura de São Paulo.

A despeito do endividamento dos produtores de grãos no Centro-Oeste, o vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Gilberto Zago, considera que setores importantes como cana, além da soja para biodiesel, mantiveram investimentos em máquinas, garantindo resultado positivo para a região este ano, o que ajudará a minimizar o problema de endividamento.



O Brasil pode beneficiar-se com a atual crise dos alimentos, em que os preços das *commodities* agrícolas estão mais elevados, aumentando a inflação mundial. Segundo especialistas do setor, o País é um dos únicos no mundo que tem área disponível para fazer crescer a produção de grãos ao mesmo tempo em que ainda tem espaço para aumentar a produtividade. A chamada “janela de oportunidades” para o agronegócio brasileiro foi a tônica do seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2008 e 2009, promovido pela BM&FBovespa e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em São Paulo, registrado pela **Agroanalysis**.

Neila Baldi, com o apoio da equipe da **Agroanalysis**

Abertura

Gilberto Mifano

Esse seminário acontece num momento muito especial para todos nós: a classificação do Brasil como grau de investimento e a criação da BM&FBovespa, que surge como a terceira maior bolsa do mundo em valor. Com a integração, as duas bolsas utilizarão plataforma eletrônicas com roteamento global de ordens, fruto da parceria com o CME Group.

Essas novidades fortalecem não só os mercados financeiro e de capitais brasileiros, como também o próprio país, que passa a atrair mais investimentos estrangeiros para os seus setores produtivos, entre eles, naturalmente, o agronegócio.

No nosso país, o agronegócio é responsável por 26% do PIB, 36% das exportações totais e 37% dos empregos. No ano passado, as vendas externas de produtos do agronegócio renderam ao Brasil US\$ 58,4 bilhões. O saldo comercial saltou de US\$ 15 bilhões em 2000 para US\$ 52 bilhões nos últimos 12 meses.

O agronegócio do País tem uma grande oportunidade nas mãos, sobretudo no atual cenário de preços altos dos alimentos por conta de um forte crescimento da demanda mundial, a chamada “inflação dos alimentos”, que é, aliás, um dos temas mais importante a ser debatido neste seminário.

O Brasil tem condições de aumentar a produção sustentável de agroenergia, especialmente de etanol, sem comprometer a produção de alimentos. A área de cana-de-açúcar é de 7,0 milhões de hectares, comparada a 47,0 milhões de hectares para grãos e 172,0 milhões de hectares para pastagens. O Brasil responde por mais de 30% da exportação de carne bovina. O aumento da produtividade de nossa fantástica pecuária certamente continuará liberando terras para a produção de grãos e energia renovável.

A volatilidade atual nos mercados de *commodities* chama a atenção para os mecanismos de gerenciamento de riscos no

agronegócio. A agricultura não é uma ilha, mas é cercada de riscos por todos os lados.

Para reduzir o risco de produção, em dezembro de 2003, veio a lei de subvenção do prêmio do seguro rural contratado pelos produtores. A abertura do mercado de resseguros aconteceu por lei complementar, em janeiro de 2007. Em maio deste ano, o Executivo enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei criando o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural.

O financiamento privado do agronegócio vem sendo impulsionado pela lei dos novos títulos, de dezembro de 2004. De 2005 para cá, cerca de R\$ 16 bilhões foram alavancados por meio do CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio) e da LCA (Letra de Crédito do Agronegócio).

Para diminuir o risco de preço da agricultura, o Conselho Monetário Nacional autorizou em setembro de 2006 o financiamento com recursos do crédito rural das operações dos produtores e cooperativas em bolsas de mercadorias e futuros.

Na BM&FBovespa foram negociados 2,2 milhões de contratos agropecuários em 2007, com crescimento de 64%. É um crescimento importante, mas a cobertura de *hedge* ainda é pequena diante do tamanho do agronegócio brasileiro.

Queremos deixar claro para todos os senhores o comprometimento da BM&F Bovespa com a expansão acelerada dos mercados futuros agropecuários no Brasil e, especialmente, dos contratos de opções, a maneira mais simples e barata dos produtores contratarem um seguro de preço.

As portas da BM&FBovespa estão abertas para as empresas e os empresários rurais que quiserem ter os investidores do mercado de capitais como sócios. Tenham certeza de que a BM&FBovespa permanecerá atuante no seu papel transformador do mercado de capitais, de mercadorias e futuros, seja como promotora dos direitos dos investidores, seja como financiadora da economia e do crescimento sustentável desta nação.

Presidente do Conselho de Administração da BM&FBovespa

Decisão com informação

Carlo Lovatelli

Para a Associação Brasileira de Agribusiness, constitui um fato marcante estar aqui presente, na condição de parceira e apoiadora, pela quinta vez consecutiva, deste Fórum Outlook. Eventos dessa natureza dão qualidade ao agronegócio. Precisamos de muita massa crítica para enfrentar os desafios que temos pelos horizontes próximo e médio.

O ano passado foi o ponto de inflexão de duas safras negativas: as de 2004/05 e 2006/07. Pelo segundo ano seguido, estamos na curva ascendente da retomada do crescimento do setor, seja do ponto de vista da produção, como de renda.

A Medida Provisória Nº 432, que trata da renegociação da dívida rural, também ajuda. Existem alguns pontos a serem acertados, mas ainda assim, como aconteceu nas grandes repactuações da Securitização e do Pesa, traz oxigênio para o setor em termos do pagamento da dívida.

Saímos de uma colheita recorde na safra 2007/08, e tudo se desenha para um cenário de repetição do feito na safra 2008/09. Porém, algumas variáveis precisam ser analisadas.

Em termos de preços internacionais, o comentário é mais de assombro diante dessa inédita alta. Estamos no chamado período de clima da safra americana, que vai até a primeira quinzena de agosto. As especulações tendem a ser uma das mais fortes da história da Bolsa de Chicago.

A alta nos preços das *commodities* agrícolas parece que veio para ficar durante alguns anos. As explicações para essa volatilidade envolvem:

- Aplicações dos fundos de *hedge* em ativos reais;
- Desenvolvimento dos biocombustíveis, com uso do milho para produção de etanol nos EUA;
- Subida dos preços do petróleo;



- Aumento de consumo nos países emergentes, principalmente China e Índia.

Cada um desses quatro fatores pesa de alguma forma na conjuntura de alta das *commodities* agrícolas. É bom lembrar que os preços do petróleo e das *commodities* metálicas subiram com muito mais força que os das agrícolas.

Para a safra brasileira de 2008/09, temos algumas preocupações com a disponibilidade de crédito. O custo de produção aumentou e é necessário mais capital de giro. Mas, com o fim do CPMF, as aplicações bancárias aumentaram e os depósitos à vista diminuíram. Isso significa menos recursos da exigibilidade (25% dos depósitos à vista) para o crédito rural. Já as empresas financiadoras dos insumos estão mais precavidas. Com a alta volatilidade do mercado fica muito arriscado travar o preço futuro.

Por sua vez, o custo do crédito estará mais caro. Todos os sinais emitidos pelas atas do Copm (Conselho de Política Monetária) do Banco Central apontam para uma elevação

da taxa Selic. E temos a questão do câmbio. O real segue bem valorizado ante o dólar. Mesmo com a alta no mercado internacional, no caso da soja, nosso carro-chefe da produção de grãos, as contas não fecham em algumas regiões do Brasil Central. O agricultor terá de tomar muito cuidado na adoção de seu sistema de produção.

Como muito pouco tem sido feito em infra-estrutura para melhorar a competitividade das regiões centrais – onde justamente cresce a produção – a situação fica cada vez mais dramática. Essas áreas precisarão receber algum tipo de compensação em termos de políticas públicas, como a realização dos leilões do Pepro, para garantir um mínimo de rentabilidade para a atividade.

Na Abag, estamos empenhados na questão da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) N° 041/04, que trata da reforma tributária, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em 28 de fevereiro último. Apenas dez produtos representam 70% da arrecadação tributária nacional,

que envolve 400 mil itens. Precisamos aplicar os princípios da simplificação e racionalidade no sistema tributário nacional, além, é claro, diminuir a sua carga.

Como esteio da economia brasileira, seja nas exportações, seja na segurança alimentar interna, as cadeias produtivas do agronegócio devem ser desoneradas. Somos a favor do imposto zero para os alimentos. Diversos projetos de lei correm nesse sentido e apelamos para todas as lideranças do setor apoiarem essas iniciativas.

Mesmo cercadas por essas dificuldades, as exportações do agronegócio poderão chegar a US\$ 75 bilhões, o triplo do valor registrado em 2000. Teremos um saldo comercial recorde, superior a R\$ 65 bilhões, enquanto o saldo comercial do País cairá para menos de US\$ 25 bilhões.

Estamos também empenhados na questão da sustentabilidade. Trabalhar o agronegócio no vértice do aspecto econômico, social e ambiental. O triângulo da *Triple Bottom Line*. Essa tendência ganha

força global e faz parte dos anseios da civilização. Isso não tem volta. Estamos no começo de uma longa caminhada para o fortalecimento do nosso sistema de alimento, fibra e biomassa.

Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness

Janela de oportunidades

Reinhold Stephanes

O País tem como aproveitar o momento atual favorável, pois possui pelo menos 100 milhões de hectares de terras disponíveis para elevar sua produção. São áreas degradadas e novas regiões a serem utilizadas, sem a necessidade de entrar em áreas protegidas para produzir um volume maior de grãos. Esse incremento não derrubaria nenhuma árvore na Amazônia.

Desde a safra 1990/91, a produção brasileira aumentou 147,5%, enquanto a área plantada apenas 4,9%. Houve um ganho de produtividade. O Brasil é o país que mais cresce em excedentes no mundo. A eficiência da produção nacional poderá crescer ainda mais, tanto na agricultura como na pecuária.

Em 2009, os patamares de preços mundiais dos alimentos deverão continuar nos níveis atuais, podendo haver um novo choque no ano seguinte. Como o preço influencia a decisão do produtor, a expectativa é de recuperação da área na temporada 2004/05, com acréscimo de 2 milhões a 3 milhões de hectares no cultivo. Se o clima ajudar, o Brasil poderá colher 150 milhões de toneladas. A intenção do produtor é aumentar o percentual plantado com milho.

A China, com as suas crescentes importações de soja, é um dos grandes exemplos do aumento de consumo em países emergentes, quando se olha o horizonte entre as safras 2000/01 e 2007/08. Isso acontece também com ou-

tras lavouras, como arroz, milho e trigo, cujas produções não têm acompanhado o aumento do consumo e os estoques apresentam queda.

No Brasil, temos a importância do álcool de cana-de-açúcar. Pelas projeções do governo, em um período de 15 anos (2003 a 2018), a produção de etanol deve aumentar 137% e as exportações 270%. O mercado externo é imprevisível, pois depende, por exemplo, das sobretaxas que os Estados Unidos impõem ao produto de fora e aos subsídios à produção do etanol de milho; e também da real intenção de o Japão aderir a esse combustível.

A produção de cana não causa impacto na de alimentos e, portanto, seria uma alternativa aos biocombustíveis, uma vez que as matérias-primas destes vêm sofrendo reajustes de preços. Estamos concluindo o zoneamento da cana-de-açúcar, que considera também a competição com os grãos.

Há um crescimento na produção de biocombustíveis, seja na União Européia, Estados Unidos como no Brasil. No biodiesel a principal fonte de matéria-prima é a col-

za, seguida pela soja e a palma. No etanol, o milho, produto cada vez mais usado na sua obtenção nos EUA, concorre em área com outras lavouras e o suprimento de outras cadeias de alimentos e fibras.

Diante desse quadro, o mundo deverá continuar consumindo os estoques de milho. No arroz e trigo, deverá ocorrer uma estabilização no nível dos estoques mundiais.

Saímos do mundo de oferta e entramos noutro, de demanda. A população está comendo os estoques e a demanda vai continuar crescendo, e será superior à capacidade de crescimento da oferta. A produção mundial de alimentos precisará crescer de 40% a 50% para atender ao crescimento do consumo *per capita* que deverá ocorrer nas próximas décadas, concentrado nos países da Ásia e África.

Quando o Programa Nacional de Biodiesel foi criado, não se esperava que os preços das *commodities* agrícolas chegassem a patamares tão elevados. Hoje sabemos que há um longo caminho a ser percorrido até entrar na rota competitiva.

Brasil: uso da terra (milhões de ha)

| Exploração | Área | Participação |
|---------------------|--------------|---------------|
| Floresta amazônica | 360,0 | 42,3% |
| Pastagem | 210,0 | 24,7% |
| Não-explorada | 103,1 | 12,1% |
| Áreas protegidas | 52,0 | 6,1% |
| Cultivo permanente | 6,5 | 0,8% |
| Culturas anuais | 55,9 | 6,6% |
| Cidades | 57,5 | 6,8% |
| Florestas plantadas | 6,0 | 0,7% |
| Total | 851,0 | 100,0% |
| Cana-de-açúcar | 7,8 | 0,9% |
| Soja | 21,5 | 2,5% |

Fonte: MAPA

China: importação no complexo soja (milhões de toneladas)

| Item | 2000/01 | 2003/04 | 2007/08 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|
| Soja em grão | 13,3 | 16,9 | 34,0 |
| Óleos vegetais | 2,9 | 7,1 | 9,9 |
| Equivalente em grão | 15,3 | 37,4 | 52,1 |
| Total | 31,5 | 61,4 | 96,0 |

Fonte: USDA - maio de 2008



Estados Unidos: uso de milho para etanol (milhões de toneladas)

| | |
|---------|-------|
| 2004/05 | 33,5 |
| 2005/06 | 40,7 |
| 2006/07 | 53,8 |
| 2007/08 | 81,3 |
| 2008/09 | 104,1 |

Crescimento de 211%

Fonte: USDA

Mundo: evolução dos estoques (milhões de toneladas)

| Safra | Arroz | Milho | Trigo |
|-----------|-------|-------|-------|
| 2001/02 | 136,4 | 150,3 | 201,8 |
| 2003/04 | 81,2 | 104,9 | 132,1 |
| 2005/06 | 75,7 | 125,1 | 147,5 |
| 2007/08* | 77,6 | 121,1 | 115,1 |
| 2008/09** | 81,5 | 103,3 | 132,1 |

Fonte: USDA, junho/2008 * Estimativa; ** Projeção

Evolução dos preços de óleos

| Óleo | Praças | Abril/2008 (US\$/t) | Var. 12 meses (%) | Var. 24 meses (%) |
|--------|-----------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Canola | Rotterdam | 1.469,0 | 83,9 | 84,5 |
| Soja | Rotterdam | 1.425,0 | 87,3 | 163,9 |
| Palma | Malásia | 1.247,0 | 82,3 | 201,9 |
| Mamona | Rotterdam | 1.625,0 | 30,0 | 60,0 |

Fonte: USDA

A palma é a única matéria-prima nessa condição. Todas as outras necessitam ser subsidiadas.

Quanto aos custos elevados de produção, o Brasil tem grande dependência da importação de alguns insumos: 90% no potássio e 60% no fósforo e nitrogenados. O governo está atento a essa questão e pretende elevar a produção desses insumos. Queremos que as empresas comecem a investir ou acelerem o cronograma. Se isso não acontecer, o governo vai participar de um consórcio para a exploração. A meta é o Brasil ser auto-suficiente no prazo de cinco a 10 anos em fósforo e nitrogenados.

Agenda do MAPA

1. Defesa Sanitária: Animal e Vegetal
2. Pesquisa agropecuária: PAC, Rede Etanol e Zoneamento
3. Seguro Agrícola: Fundo de Catástrofe
4. Endividamento dos Produtores
5. Adubos e Defensivos
6. Infra-estrutura: Centro-Oeste
7. Cabotagem
8. Biotecnologia: Organismos Geneticamente Modificados
9. Mercados Internacionais: Pendências
10. Juros Agrícolas
11. Ceplac - Cacau

Na agenda temos 11 pontos considerados prioritários para serem desenvolvidos pelo MAPA. Todos eles ajudam o Brasil a se preparar para conquistar espaço dessa janela de oportunidades aberta nos campos de alimentos e energia. Não são projetos de cunho nacional ou regional, mas, sim, de dimensão mundial, para projeção do País.

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Balanço do Plano Agrícola e Pecuário

Edilson Guimarães

Na parte da avaliação do Plano Agrícola e Pecuário, tivemos uma expansão significativa no crédito rural: saímos de R\$ 12 bilhões na safra 1999/00 para R\$ 65 bilhões na 2007/08. De 2000 a 2008, foram investidos recursos da ordem de R\$ 45,5 bilhões.

Brasil: investimento e área de grãos

| Ano | Investimentos (bilhões) | Área (milhões de ha) |
|------|-------------------------|----------------------|
| 2000 | 1,8 | 37,8 |
| 2001 | 2,9 | 37,8 |
| 2002 | 3,9 | 40,2 |
| 2003 | 5,0 | 43,9 |
| 2004 | 7,2 | 47,4 |
| 2005 | 8,0 | 49,1 |
| 2006 | 5,5 | 47,3 |
| 2007 | 5,1 | 46,2 |
| 2008 | 6,1 | 47,1 |

Fonte: MAPA

Como instrumentos de suporte de preço e renda, temos:

1. Preço Mínimo
 - AGF (Aquisição do Governo Federal)
 - EGF (Empréstimo do Governo Federal)
2. Equalização de preços
 - PEP (Prêmio para Escoamento de Produto)
 - Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor)

Crédito Rural: recursos aplicados e programados (R\$ milhões)

| Programas | Programação (a) | Aplicação (b) | (b)/(a) % |
|------------------------------|------------------|------------------|-------------|
| 1. Custeio e comercialização | 49.100,00 | 52.103,00 | 106,1 |
| 2. Investimento | 8.900,00 | 6.155,40 | 69,2 |
| 3. Agricultura familiar | 12.000,00 | 7.342,70 | 61,2 |
| 4. Outros | - | 157,20 | - |
| Total | 70.000,00 | 65.758,40 | 93,9 |

Fonte: Bacen

Apoio à comercialização agrícola

| Ano | AGF | | PEP, Prop e Pepro | | Total | |
|------|-------------|-------|-------------------|--------|-------------|--------|
| | R\$ milhões | mil t | R\$ milhões | mil t | R\$ milhões | mil t |
| 2005 | 674 | 2.042 | 540 | 3.094 | 1.214 | 5.136 |
| 2006 | 635 | 2.641 | 1.673 | 19.134 | 2.308 | 21.775 |
| 2007 | 564 | 1.235 | 1.442 | 11.602 | 2.006 | 12.837 |
| 2008 | - | - | 550 | 1.024 | 550 | 1.024 |

Fonte: MAPA

Instrumentos de financiamento privados Valor (R\$ milhões)

| Ano | CDA-WA | CDCA | | LCA | | Total | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Registro | Registro | Valor | Registro | Valor | Registro | Valor |
| 2005 | 22 | 25 | 28 | 148 | 168 | 195 | 196 |
| 2006 | 1.276 | 262 | 659 | 35 | 23 | 1.573 | 682 |
| 2007 | 1.814 | 657 | 2.423 | 682 | 3.550 | 3.153 | 5.982 |
| 2008 | 646 | 397 | 831 | 1.579 | 7.994 | 2.622 | 8.826 |
| Total | 3.758 | 1.341 | 3.942 | 2.444 | 11.735 | 7.543 | 15.686 |

Fonte: BMF

- Prop (Contratos Privados de Opção de Venda e Prêmio de Risco de Opção Privada)
- Contrato de Opção Privado
- Contrato de Opção Público

Em anos recentes, o apoio à comercialização aumentou em 2006, principalmente pelos baixos preços da soja. Em 2007, a aplicação dos instrumentos continuou alta, mas diminuirão em relação ao ano anterior. Neste, com a elevação dos preços, a intervenção do mercado deverá ser bem mais baixa.

Estamos também trabalhando no desenvolvimento de novos mecanismos de financiamento do agronegócio, como os títulos agropecuários. Desde que esses papéis foram criados, já responderam por R\$15,6 bilhões destinados ao agronegócio brasileiro.

Tipos de instrumentos

- CDA-WA – Certificado de Depósito Agropecuário/Warrant Agropecuário;
- NCA – Nota Comercial do Agronegócio (Instrução Normativa 422/05, CVM);

Títulos de Refinanciamento

- LCA – Letra de Crédito do Agronegócio
- CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
- CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

Medidas como a abertura do mercado de resseguros e a criação de um fundo de catástrofe também devem aumentar a oferta desses produtos. O setor terá neste ano R\$160 milhões disponíveis para subvenção. É um aporte importante e segue a tendência crescente dos últimos anos.

Programa de Subvenção do Seguro Rural (R\$ milhões)

| Ano | Orçamento | Aplicação |
|------|-----------|-----------|
| 2005 | 10,0 | 2,3 |
| 2006 | 60,9 | 31,1 |
| 2007 | 99,5 | 61,0 |

Fonte: MAPA



Como medidas para a expansão do seguro rural, temos:

1. Pelo lado da oferta:

- Abertura do mercado de resseguros (Lei Complementar nº 126/07)
- Criação do Fundo de Catástrofe em substituição ao FESR: projeto de lei complementar encaminhado no final de maio para o Congresso Nacional
- Qualificação de profissionais para atuar na regulação de sinistro
- Criação e manutenção de banco de dados

2. Pelo lado da demanda:

- Alteração no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural
- Financiamento da parcela do prêmio não contemplada com a subvenção
- Aumento no limite de crédito rural para a cultura segurada
- Disponibilidade de recursos pelo MAPA
- Parcerias com governos estaduais

O Fundo de Catástrofe, projeto de lei elaborado pelo Ministério da Fazenda e o MAPA, que substitui o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, tem como escopo:

- Proteger o mercado segurador contra perdas financeiras decorrentes de eventos considerados como catastróficos;
- Potencializar o crescimento do mercado de seguro rural.

Em termos de zoneamento agrícola:

- 261 foram publicados em 2007, como os de fruticultura temperada (ameixa, nectarina, pêra e pêssego) e de culturas com potencial para produção de biocombustível (mamona, amendoim, girassol e dendê);
- 300 estão previstos para serem publicados em 2008: como o da canola, coco, além de ampliação de dendê



para outros estados ainda não contemplados;

- 600 estarão sendo publicados até 2012;
- O agroecológico para a cana-de-açúcar.

Com o objetivo de melhorar o fluxo financeiro dos produtores, foi editada a Medida Provisória nº 432, em maio de 2008, para renegociar um potencial de R\$ 75,0 bilhões de uma dívida total de R\$ 87,5 bilhões.

Outras medidas interessantes foram:

- Autorizar a inclusão do penhor dos produtos florestais madeireiros objetos do financiamento e passíveis de exploração entre as garantias convencionais do crédito rural;
- Permitir que o governo subvencione parte do prêmio de opções.

Quanto ao Plano Agrícola e Pecuário 2008/09, o objetivo é:

- Estimular a expansão da produção agropecuária;
- Intensificar o apoio à produção e comercialização de alimentos;

- Formar estoques de segurança;
- Melhorar a liquidez do produtor rural;
- Reduzir o impacto do aumento do custo de produção;
- Incentivar a recuperação de áreas degradadas;
- Incentivar a adoção de sistemas sustentáveis de produção e manejo, em sintonia com a legislação ambiental;
- Ampliar a cobertura do seguro rural como ferramenta de gestão de risco;
- Aumentar investimentos em infraestrutura.

Entre as obras prioritárias de infraestrutura para a agricultura estão:

- Ferrovia: conexão entre a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia Ferronorte;
- Hidrovia: Eclusa de Tucuruí, no Rio Tocantins;
- Rodovia: BR-163, BR-364, BR-174 e BR-158;
- Porto: dragagem do canal de navegação e bacia de atracação no Porto de Itaquí;

Estamos diante de uma janela de oportunidades, mas sabemos que não é tão fácil assim atravessá-la. É preciso enfrentar os desafios e potencializar as vantagens.

Agronegócio brasileiro: vantagens versus desafios

| Vantagens | Desafios |
|--|--|
| Competitividade; Empreendedorismo; Tecnologia para agricultura tropical; Disponibilidade de água e terra; Produção de biocombustíveis. | Fonte de recurso limitada; Dívida agrícola; Cenário econômico mundial; Infra-estrutura: transporte, portos e armazenagem. |

De olho no País

“O Brasil é um mercado muito atrativo”, é a opinião do *vice-chairman* do CME Group, Charles Carey. É de olho nesse potencial que a BM&FBOVESPA e o CME Group estabeleceram parceria. A partir do segundo semestre, com previsão de início em setembro, os produtos derivativos da Bolsa brasileira poderão ser oferecidos aos usuários de todo o mundo que tenham a plataforma Globex, do CME. “Em outubro, os produtos do CME Group poderão ser negociados no Brasil através da plataforma GTS da BM&FBOVESPA”. Para Carey, com a produção de biocombustíveis, o agronegócio passa por novo paradigma. Nesse aspecto, ele também vê muitas oportunidades no País.

Opinião semelhante tem o secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio. Ele disse que o atual cenário mundial é uma oportunidade para todas as cadeias do agronegócio que devem aproveitar a situação e trabalhar a gestão do negócio.

O diretor de Produtos do Agronegócio e Energia da BM&FBOVESPA, Ivan Wedekin falou sobre o mercado mundial de derivativos, os derivativos do agronegócio no Brasil e detalhes do acordo entre BM&FBOVESPA e CME Group, durante a apresentação “A globalização e a expansão dos mercados futuros agropecuários”.

Wedekin acredita que o acordo entre CME e BM&FBOVESPA possibilitará a expansão dos contratos: “Teremos poder de distribuição em escala global”. Os produtos da Bolsa serão distribuídos através de 100 mil terminais em oitenta países. Hoje são aproximadamente 700 terminais GTS utilizados unicamente no Brasil. Ele comparou os dados mundiais com os brasileiros: no mundo, os contratos de café giram em torno de 15 vezes a produção mundial, enquanto no Brasil são negociadas cerca de três safras de café arábica. Os contratos de boi gordo na CME negociam 6,3 vezes os abates no mundo, enquanto a liquidez na BM&FBOVESPA equivale a 2,8 vezes a exportação de carne bovina pelo Brasil.

Na Bolsa de Chicago negocia-se 17 vezes a produção mundial de soja.

Para o diretor, existem restrições históricas ao desenvolvimento dos contratos futuros agropecuários: tributação, regulação e “aversão” ao hedge. Enquanto os derivativos financeiros (os contratos de taxa de juros e de dólar, por exemplo) têm uma tributação simples e conhecida até por investidores estrangeiros, o regime tributário sobre os produtos do agronegócio é muito mais complexo. Além das diferentes alíquotas de ICMS (imposto estadual), as contribuições federais (PIS e COFINS) variam segundo os produtos e até com a natureza jurídica das empresas. Outro ponto é a falta de cultura de proteção quanto ao risco da oscilação de preços dos produtos agropecuários, por parte de produtores, cooperativas e empresas agroindustriais.

Ainda em sua apresentação, Wedekin disse que “o mundo é financeiro”, pois há mais circulação de dinheiro do que mercadorias. Mostrou que os mercados derivativos agropecuários representaram 4,3% do total de derivativos negociados no mundo em 2007. “No Brasil essa proporção é de cerca de 1%, o que mostra o nosso potencial de crescimento”. Em 2007, a negociação na BM&FBOVESPA cresceu 64%, o dobro da taxa de crescimento dos contratos agropecuários no mundo. Nos 12 meses decorridos entre julho de 2007 e junho de 2008, o crescimento dos mercados agropecuários da BM&F saltou para 83% em relação aos 12 meses anteriores. O boi gordo foi o contrato que teve o maior crescimento entre os agropecuários, com 152%.

A gerente de Pecúaria e Energia da BM&FBOVESPA, Fabiana Perobelli, apresentou os contratos que serão lançados: contrato futuro de milho com liquidação financeira e contratos futuros de base (ou diferencial) de preço regional; contrato futuro de algodão para exportação; e Índice de Commodities Brasil – ICB. No novo modelo de negociação haverá um contrato futuro com formação de preço na região de Campinas, liquidado financeiramente, combinado com contratos

futuros de bases de preços regionais, estes com a possibilidade de liquidação por entrega física. Por diversas razões, o mercado de milho no Brasil é muito regionalizado e volátil. Entre 2004 e 2008, a volatilidade da base de preços, ou seja, do diferencial de preços em relação a Campinas (SP), variou entre o mínimo de 21% em Uberlândia (MG) e Dourados (MS) e o máximo de 35% ao ano em Lucas do Rio Verde (MT). “Volatilidade elevada significa risco elevado, assim esse novo modelo diminui o risco da base e aumenta a eficiência de hedge”, afirmou Fabiana. A Bolsa está avaliando seis regiões-base, de modo que, no vencimento, o contrato poderá ser liquidado por entrega física nos armazéns cadastrados pela Bolsa. As regiões em estudo são: Paranaguá (contrato de base para exportação) e Cascavel (PR), Rio Verde (GO), Triângulo Mineiro (MG), Lucas do Rio Verde (MT) e Dourados (MS), voltadas para o mercado interno. O contrato, de 450 sacas de 60 kg (27 toneladas), será negociado em R\$ por saca. Os meses de vencimento serão janeiro, março, maio, julho, agosto, setembro e novembro. O último dia de negociação será o dia 15 do mês de vencimento.

O contrato do algodão para exportação terá formação de preço em Santos (SP), permitindo arbitragem com o preço de outras bolsas internacionais. Será também o primeiro contrato da BM&FBOVESPA nos moldes FOB (Free on Board). Não será FOB por completo porque a mercadoria não será entregue no navio, pois o contrato poderá ser liquidado por entrega física em armazéns especiais credenciados pela Receita Federal do Brasil, os chamados Depósitos Alfandegados Certificados (DAC). A Bolsa está desenvolvendo o novo contrato de algodão para atender o mercado de exportação e para importadores não-residentes. “Como se trata de produto para exportação, não tem viés tributário nem frete envolvido no mercado doméstico”, avalia Fabiana Perobelli. O tamanho do contrato será de 24 toneladas, com vencimentos nos meses de março, maio, julho, outubro e dezembro.

Por sua vez, a Bolsa iniciará a divulgação do Índice de Commodities Brasil (ICB), a partir do segundo semestre de 2008. As commodities selecionadas para compor o índice foram Café Arábica, Boi Gordo, Soja e Milho. O critério para a ponderação do ICB é o seguinte: 1/3 decorrerá da participação da commodity na produção nacional (relevância econômica do produto) e 2/3 considerará a liquidez das commodities negociadas na BM&FBOVESPA. “É mais uma ponte entre o agronegócio e o mercado financeiro e de capitais”, considerou o diretor de produtos do Agronegócio e Energia da BM&FBOVESPA, Ivan Wedekin.

pode provocar um freio na expansão da economia de outros países e, nesse cenário, os preços das commodities teriam queda. Em um cenário mais “positivo”, a soja e o milho, que em 2008 vão acumular alta superior a 60%, podem ter, em 2009, desvalorização média de 7%. Em uma situação mais “pessimista”, a queda nas cotações seria mais acentuada, chegando a quase 50% na oleaginosa e cerca de 30% no cereal. “A inflação não tem a ver com preço dos alimentos, mas com o poder de compra superior ao aumento de produção.”

Para o economista, é necessário, portanto, prudência. Os preços em alta do petróleo provocam “choque de custos”

dinheiro, aumentar a nossa relação entre preço e custo.” Ele lembra também que o custo médio financeiro para se produzir no Brasil é um dos mais altos do mundo e que apenas a desvalorização cambial já acumula mais de 30%, trazendo muitos reflexos para o setor.

Em linha semelhante à de Paulo Rabello, o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, da Rio Bravo Investimentos, apontou algumas razões para a valorização do real, dentre elas elevação no consumo nos Estados Unidos, o que desvalorizou o dólar; aumento mundial de procura por commodities; e conquista do grau de investimento pelo Brasil, o



Nem tudo é rosa

O otimismo frente ao cenário mundial só foi desfeito pelo economista Paulo Rabello de Castro, sócio-diretor da RC Consultores. Segundo ele, a economia dos Estados Unidos precisa passar por ajustes no ano que vem. China, Índia e Brasil vão sofrer as consequências desse ajuste. “Ainda estamos do início para o meio da crise bancária norte-americana. A saída é a desalavancagem.” A recessão nos Estados Unidos

é, sempre que isso ocorre, há diminuição no ritmo de crescimento, inclusive no campo. Em sua avaliação, o Brasil está no fim de uma era de expansão de áreas. “Estamos diante de uma última subida. Entramos em um período dominado por custos. É um período complicado, em que se ganha dinheiro, sim, mas não na euforia. E a incorporação de área é a mais complicada e controversa”, afirma. Mais que expandir áreas, o agronegócio brasileiro precisa ganhar as já existentes, com o emprego de tecnologia: “O Brasil não precisa ter mania de sair produzindo na frente. Vamos tentar primeiro ganhar

que trouxe mais dólares ao País.

“Com a economia fortalecida, fortalece-se a moeda. Portanto, essa queda do câmbio continua”, assegurou. Em sua avaliação, o governo teria duas opções: uma política pouco intervencionista, como a da Europa, ou muito, como a da Ásia. “O pouco que o governo fizer afetará o contribuinte.” A atual política monetária, com o aumento dos juros, abaixa a inflação, mas também diminui o investimento privado no Brasil. Franco acredita que País precisa fazer a lição de casa e reduzir os gastos públicos, não necessitando, assim, aumentar os juros.

Milho

Consumidor
terá de se precaver

Apesar de ter apresentado geração de caixa, a lucratividade do milho foi negativa nas safras 2004/05 e 2005/06. Em 2006/07, com a recuperação dos preços no segundo semestre, o setor voltou a registrar lucratividade. Na safra 2007/08, os produtores deverão obter lucro novamente com a atividade, porém em nível menor que na safra passada, em função do aumento dos custos.

A tendência para a próxima safra é de aumento da produção de milho em detrimento da soja. Mesmo assim, os preços do cereal tendem a continuar elevados. Por isso, será importante fazer *hedge* de preço ou compra antecipada do insumo.

A relação estoque/consumo de milho no mundo está em pleno processo de deterioração e bate nos 15%, o menor nível desde a safra 1973/74. A média histórica é de 24,1%.

Na avaliação de Leonardo Sologuren, sócio-diretor da Céleres, o Brasil tem condições de aumentar a área plantada, mas os preços da *commodity* não têm como retornar às condições de 2004, por volta de US\$2,50/bushel, porque os custos se elevaram e, nesses níveis, não haveria condição de plantio. O milho, que até pouco tempo era considerado “cultura de segunda linha”, “commoditizou-se” e mudou de *status* e, hoje, o Brasil “fecha a conta mundial” (no sentido de ser o provedor que garante a demanda) de vários produtos, dentre eles soja, etanol, carnes e milho.

A perspectiva, na análise da Céleres, é que em dez anos o Brasil estará exportando 7 milhões de toneladas de frango – atualmente, são 3,6 milhões de toneladas – e outras 3 milhões de toneladas de suínos – hoje, não chega a 1 milhão de toneladas. “Considerando a taxa mundial de crescimento, teremos de produzir muito milho para atender a essa demanda”, disse Sologuren. Pelos dados da Céleres, até 2018 a demanda por carne de frango na

China subirá quase 7% ao ano, 2,3% na União Européia e 3% no México. Por sua vez, entre os consumidores de suínos, a elevação chega a 6,9% ao ano na China, 4,2% na Coreia do Sul e 3% no México, no mesmo período avaliado.

As exportações brasileiras de carne de frango quase triplicaram de volume nos últimos seis anos, de modo que o País já possui mais de 45% de *market share* das exportações mundiais. Mesmo assim, há espaço para elevar sua exportação de forma significativa e atender ao crescimento da demanda mundial.

Aliada à demanda por carnes, o especialista destaca também o uso do grão para a produção de etanol nos Estados Unidos. Se aquele país continuar focando o uso do milho para a produção de combustível, abre uma oportunidade de exportação para o Brasil. A consultoria prevê 24,1 milhões em 2017/18. Para a próxima safra, a Céleres prevê embarque de 14,5 milhões de toneladas ante os 12 milhões estimados para a atual.

De acordo com Sologuren, até 2001 o milho tinha a chamada “curva m” – a superprodução de um ano acarretava a queda no preço e, conseqüentemente, a diminuição na próxima safra. A partir dali, diversos fatores, dentre eles o câmbio

e os preços internacionais, fizeram o País passar a exportar o grão, culminando com a última safra, quando foram mais de 10 milhões de toneladas comercializadas com o exterior. Hoje o País já é o terceiro maior exportador mundial do cereal. “Qualquer cadeia só cresce com plataforma exportadora.” Por isso o Brasil precisa aumentar a produtividade do grão.

Fernando Pereira, diretor-superintendente da Agrocere PIC, prevê um cenário positivo para as exportações de carnes de frango e suínos. A elevação do *status* sanitário de Santa Catarina – único estado no País livre de febre aftosa sem vacinação – e o aumento dos investimentos em estados como Mato Grosso estão estimulando a produção de suínos. De outro lado, há crescimento da demanda – só a China diminuiu em mais de 9% sua produção e precisará importar – e déficit mundial dessa carne. Ele acredita que a produção de suínos aumente 3,5% neste ano no Brasil, e chegue a 5% em 2009.

O cenário mundial para a suinocultura aponta:

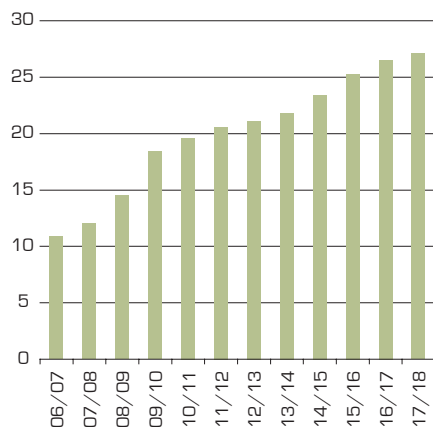
- Forte aumento de custo de produção;
- Crescimento da demanda;
- Déficit provocado pela China, com decréscimo na produção de 6 milhões de toneladas desde 2005;

Brasil: balanço de oferta e demanda de milho (milhões de toneladas)

| Item | 2003/04 | 2004/05 | 2005/06 | 2006/07 (A) | 2008/08 (B) | B/A (%) |
|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1. Oferta | | | | | | |
| Estoque | 7,6 | 5,7 | 2,9 | 4,0 | 3,1 | -22,5 |
| Produção | 42,2 | 34,9 | 43,4 | 50,0 | 55,1 | 10,3 |
| 1° safra | 31,6 | 27,4 | 32,4 | 36,2 | 38,4 | 6,2 |
| 2° safra | 10,6 | 7,6 | 11,0 | 13,8 | 16,7 | 21,0 |
| Importação | 0,3 | 0,7 | 0,9 | 1,2 | 1,5 | 25,0 |
| Substitutos | 1,1 | 2,6 | 2,1 | 2,2 | 2,3 | 4,5 |
| Total | 51,2 | 43,9 | 49,2 | 57,4 | 52,0 | -9,4 |
| 2. Demanda | | | | | | |
| Animal | 29,6 | 30,6 | 30,8 | 32,9 | 34,6 | 5,2 |
| Industrial | 4,1 | 4,2 | 4,2 | 4,3 | 4,4 | 2,4 |
| Humana | 1,6 | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 1,8 | 5,9 |
| Sementes | 4,8 | 3,2 | 4,3 | 4,3 | 4,3 | 0,0 |
| Exportação | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 33,3 |
| Outros | 5,0 | 1,1 | 4,0 | 10,9 | 12,0 | 10,0 |
| Total | 45,5 | 41,0 | 45,2 | 54,4 | 57,4 | 5,5 |
| 3. Estoque | 5,7 | 2,9 | 4,0 | 3,1 | 4,5 | 50,0 |
| 3/2 | 12,6 | 7,1 | 8,8 | 5,6 | 7,8 | - |

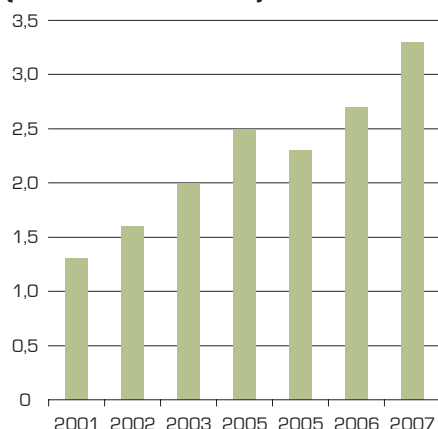
Fonte: Céleres

**Brasil: exportação de milho
(milhões de toneladas)**



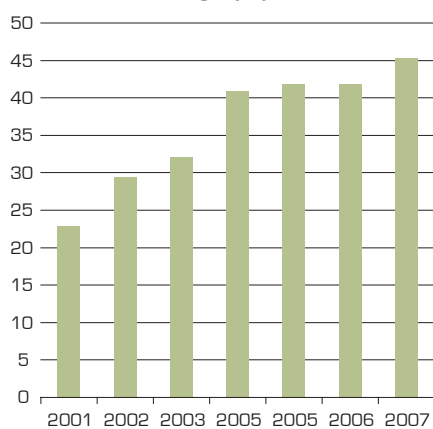
Fonte: Céleres

**Brasil: exportação de frango
(milhões de toneladas)**



Fonte: MAPA

**Brasil: participação nas exportações
mundiais de frango (%)**



Fonte: USDA

- Margem negativa em todos os importantes produtores mundiais, exceto no Brasil.

As expectativas para 2008 são de que:

- A produção cresça 3,5% (105 mil toneladas), sendo que a maior proporção se dará no segundo semestre;
- A exportação aumente cerca de 8% (50 mil toneladas), para 655 mil toneladas. (novo recorde);
- O crescimento prossiga acelerado, e em 2009 aumente acima de 5%, com boa chance de expansão da exportação;
- Quase todo o aumento ficará concentrado no segmento integrado.

Para a produção de frango, Pereira também vê cenário positivo. O alojamento de matrizes cresceu 13,2% de um ano para outro e a ave foi beneficiada pela crise relacionada a suínos na China (que, entre outras coisas, sofreu com enfermidades e teve de reduzir a produção). “Por isso, considero que estamos em um cenário único tanto para aves quanto para suínos, mas dependemos da produção de grãos”, lembrou.

Para Fernando Pimentel, da AgroSecurity, o milho “commoditizou-se” no País e está assumindo aqui uma posição semelhante à de outros lugares no mundo. “Revertamos esse quadro porque a rentabilidade melhorou.” Ele lembrou também que, com o plantio da soja precoce, o produtor começou a colocar a segunda safra de milho até 30 dias mais cedo, reduzindo, com isso, os riscos climáticos. Hoje, mais de 30% da produção do cereal vêm dessa segunda colheita.

De acordo com o especialista, diante desse cenário mais positivo para o grão, em um período de um a três anos, as operações que existem com a soja, de forma mais estruturada e com precificação antecipada, deverão ocorrer também no milho. “Isso vai gerar instabilidade maior para aqueles compradores mais descansados. Por isso, o consumidor vai ter de comprar antecipadamente, porque corre o risco, em algumas localidades, de problemas de abastecimento”. Além disso, se houver quebra de safra nos Estados

Unidos, por conta da situação climática naquele país (excesso de chuva), o preço do cereal pode chegar a patamares “sem precedentes” e, desse modo, haver uma “corrida por exportação” no Brasil. Na avaliação de Pimentel, é fundamental que as indústrias de frango e suíno façam parcerias comerciais e usem instrumentos de proteção para garantir o abastecimento. “A indústria não pode trabalhar exposta.”

Sologuren afirmou que, apesar de todas essas janelas de oportunidade para o cereal, a falta de planejamento estratégico no País pode prejudicar o setor. “Muito mais que uma política agrícola é necessária uma política de infra-estrutura”, lembrando que Mato Grosso hoje disputa com o Paraná a primeira posição na produção do cereal na safrinha.

Algodão

Garantir o mercado externo

Diante das demais *commodities* agrícolas, o algodão desenha a safra 2008/09 como “o patinho feio”. Segundo especialistas, a fibra será a cultura com menor rentabilidade para a próxima temporada, o que, na prática, desestimula o plantio. Mas é exatamente nessa “descrença” que se enxerga uma oportunidade para o País.

“A rentabilidade do algodão estará abaixo das demais culturas”, enfatizou Eduardo Eliezer Figueiredo, da Tradeagro. Pelos seus cálculos, o retorno sobre o capital investido será de 16% na próxima safra, considerando a venda a US\$0,75/libra-peso para retirar na algodoeira. É preciso analisar o impacto da nova matriz energética sobre a cadeia do algodão. Ou seja, a consequência do aumento do preço do petróleo e das *commodities*, do forte movimento nas bolsas mundiais e do reajuste nos valores pagos pelos insumos.

Assim, produzir energia e alimentos será prioridade como segurança nacional para todos os países. E é nesse contexto que ele acredita que o algodão brasileiro pode despontar. A tese de Figueiredo é que, como o País tem terra abundante – segundo o ministro da Agricultura, pelo menos 100 milhões de hectares agricultáveis –, pode plantar grãos para alimentos, cultivar algodão e também energia. Por isso, o Brasil tem de “assumir comercialmente este papel” e garantir a janela de oportunidade que se abre mundialmente para essa *commodity*. Para 2008, o crescimento do consumo mundial de algodão está estimado em 2,5%.

Figueiredo diz que os Estados Unidos já não têm hegemonia sobre esse mercado, diminuindo ano a ano – em detrimento do milho e da soja – a área plantada com algodão e, conseqüentemente, a produção. “E vai continuar caindo. Estamos escrevendo uma nova história. Existia uma relação de paridade entre as culturas que não existe mais”, assegura. Um dos países que tem se aproveitado desse cenário é a Índia, cuja produção aumentou 3,5% no ano passado.

No Brasil, “qualquer produtor hoje, em sua consciência, não planta algodão, pois a rentabilidade é menor. Mas estrategicamente para o País é um desastre. É preciso pensar nos frutos no médio prazo”, disse Figueiredo. Por isso, avalia que o País deve utilizar os meios possíveis para dar ao setor produtivo a capacidade de perseguir esse objetivo. De um lado, ele acha que a cadeia produtiva deve fornecer os mecanismos disponíveis para dar aos produtores meios de ter acesso aos insumos e ao mercado preservando a lucratividade, e de outro, o governo precisa subvencionar a produção, como neste ano. Parte da safra 2007/08 foi apoiada por meio do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro).

Figueiredo lembra ainda que o substituto do algodão, a fibra sintética, está mais cara em virtude do preço do petróleo, o que é mais um estímulo ao plantio do produto no Brasil. “O produtor deve olhar 2009 como o ano da transi-



ção, como o ponto de inflexão para um novo período, quando o Brasil conquistará maturidade e representatividade.” Com US\$0,75 a US\$0,80/libra-peso para a safra 2008/09 e a garantia no plantio de que haverá Pepro na comercialização, o produtor brasileiro não irá reduzir a área nos níveis em que se fala atualmente – em mais de 15%. “É um desastre para o País produzir menos de 1 milhão de toneladas, pois estamos formando um mercado exportador”, conclui.

Segundo números disponibilizados pela Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão), o custo de produção hoje gira em torno de US\$ 2.500 por hectare, podendo chegar a US\$ 2.800 nos arrendamentos. Para uma produtividade de 250 arrobas por hectare, teríamos

1.500 quilos de pluma e 2000 quilos de caroço para comercializar.

O ponto de equilíbrio para a comercialização da pluma seria de US\$ 63,50 cents/lb. Para os contratos novos da safra 2008/09 se vislumbra conseguir um preço de US\$ 75,00 cents/lb a retirar na algodoeira. Isso nos induz a calcular um resultado aproximado de US\$ 400 por hectare, o que representaria um retorno de 16% sobre o capital investido, inferior se comparado com o de soja e milho.

Para Figueiredo, o governo deve se utilizar dos meios possíveis para dar apoio ao setor produtivo a capacidade de perseguir. A cadeia produtiva deve fornecer os mecanismos disponíveis para fornecer aos produtores meios de ter acesso aos insumos e ao mercado preservando a lucratividade. O

Estados Unidos: balanço de oferta e demanda no algodão (milhões de fardos)

| Item | 2007/08 | 2008/09 | 2009/10 |
|-------------------|---------|---------|---------|
| Estoque inicial | 9,48 | 10,30 | 4,12 |
| Produção | 18,21 | 12,50 | 13,00 |
| Importação | 0,02 | 0,02 | 0,02 |
| Oferta total | 27,70 | 22,82 | 17,14 |
| Consumo doméstico | 4,60 | 4,70 | 4,70 |
| Exportação | 13,80 | 14,00 | 11,00 |
| Consumo total | 18,40 | 18,70 | 15,7 |
| Estoque final | 9,31 | 4,12 | 1,44 |

Fonte: USDA

produtor deve olhar a safra 2008/09 como a da transição, como o ponto de inflexão para um novo período, em que o Brasil conquistará maturidade e representatividade

A infra-estrutura também foi um dos temas do painel sobre algodão. “É obrigação dos participantes estar atentos a iniciativas de investimentos nesse segmento”, disse Marcus Vinicius Menoita, da Nova Agri. Hoje, cada vez mais, os contêineres são maiores e param menos nos portos – ou os estaleiros são pequenos ou são grandes demais. João Paulo de Azevedo Lefèvre, da Lefèvre Corretora de Mercadorias, destacou que o setor de infra-estrutura tem recebido muitos investimentos privados.

Menoita diz que a falha na atenção à logística pode gerar redução de margem inesperada na receita final ou a inviabilidade de crescimento adicional da produção. Por isso, o produtor tem de pensar em como se proteger da volatilidade dos preços e dos custos inesperados e, ao mesmo tempo, ter escoamento que atenda ao fluxo de caixa projetado e respeite as condições logísticas do negócio.

Café

Preocupação com custos

Uma das grandes preocupações do agro-negócio brasileiro em 2008 tem sido o custo de produção. E não poderia ser diferente para o café. Segundo dados apresentados por Lúcio Araújo Dias, superintendente de Mercado Interno da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), levantamento do Projeto Educampo/Sebrae mostra aumento real de 24,1% no custo operacional efetivo para o próximo biênio. A pesquisa está em linha com o que acontece a outros concorrentes do Brasil: entre 25% e 37% em Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Honduras.



Café: custo operacional efetivo

| Item | média das safras 2005/06 e 2006/07 | | | média das safras 2007/08 e 2008/09 | | |
|-------------------------|---------------------------------------|-----------------|---------------|---------------------------------------|-----------------|---------------|
| | % | R\$/ha | R\$/sc | % | R\$/ha | R\$/sc |
| Administração | 4,13 | 219,97 | 9,32 | 3,59 | 237,57 | 10,07 |
| Educampo | 0,33 | 17,35 | 0,74 | 0,28 | 18,22 | 0,77 |
| Adubação do solo | 18,65 | 994,40 | 42,14 | 26,30 | 1.740,20 | 73,74 |
| Adubação foliar | 2,08 | 110,93 | 4,70 | 1,37 | 90,85 | 3,85 |
| Pragas e doenças | 10,05 | 535,92 | 22,71 | 7,78 | 514,48 | 21,80 |
| Plantas daninhas | 8,37 | 446,41 | 18,92 | 12,14 | 803,54 | 34,04 |
| Tratos culturais | 2,43 | 129,79 | 5,50 | 2,12 | 140,17 | 5,94 |
| Colheita | 24,38 | 1.300,17 | 55,09 | 22,60 | 1.495,20 | 63,36 |
| Pós-colheita | 4,00 | 213,25 | 9,04 | 3,48 | 230,31 | 9,76 |
| Energia e combustível | 6,37 | 339,63 | 14,39 | 5,65 | 373,59 | 15,83 |
| Impostos e taxas | 4,84 | 258,15 | 10,94 | 3,90 | 258,15 | 10,94 |
| Benfeitorias e máquinas | 6,34 | 337,91 | 14,32 | 5,36 | 354,81 | 15,03 |
| Outros gastos | 3,17 | 168,82 | 7,15 | 2,68 | 177,26 | 7,51 |
| Juros | 4,87 | 259,85 | 11,01 | 2,75 | 181,96 | 7,71 |
| Total | 100,00 | 5.332,54 | 225,96 | 100,00 | 6.616,31 | 280,35 |

Fonte: Cooxupé

Café: custo de produção (US\$ por saca)

| País | 2006 | 2008 |
|-------------|------|------|
| Costa Rica | 98 | 124 |
| Guatemala | 83 | 113 |
| El Salvador | 80 | 110 |
| Nicaragua | 80 | 106 |
| Honduras | 79 | 98 |

Fonte: Baltodano - Mercon

Outra preocupação apontada no seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2008 e 2009 foi quanto à seca no final do ano passado, o que afetou a florada. O atraso na safra do café em 2008 pode chegar a 40 dias. Apenas isso fez que a velocidade das vendas para o mercado doméstico e de exportação em Minas Gerais, o maior estado produtor

no Brasil, caísse. De acordo com Dias, o volume de café recebido pela cooperativa atualmente é metade que no mesmo período de 2007. “Além do atraso, a maturação dos grãos está irregular, com muitos deles ainda verdes.”

“O cenário não é muito claro para o setor”, avalia Aguinaldo José de Lima, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De um lado os estoques mundiais estão em queda; de outro, há volatilidade dos preços em função do clima. “A grande safra brasileira exerceria pressão baixista, mas os estoques amortecem”, afirmou Lima. É por isso que, em plena safra, os preços da *commodity* registraram valorização. Para Dias, a subida dos preços também é uma maneira de o mercado continuar remunerando o produtor para não haver redução na produção e desajuste maior entre a oferta e a procura no mercado. “O mercado é inteligente. Se o preço cair, a situação piora”, disse, referindo-se à questão dos estoques.

Lima destacou ainda que o câmbio tira parte da rentabilidade do setor. Terão boa remuneração aqueles produtores que conseguirem produtividade média acima de 30 sacas por hectare na cultura de sequeiro e 45 sacas por hectare na irrigada. Para a próxima colheita, a estimativa é de bianualidade menor, com queda de 10% a 20% em relação à atual.

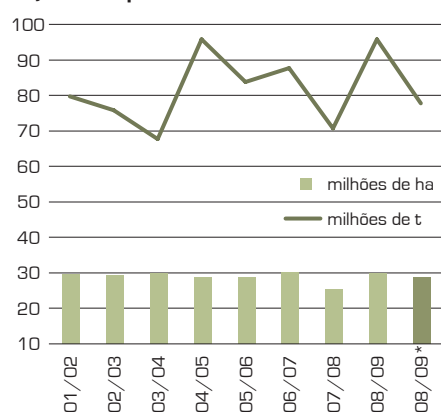
Soja

Clima eleva mais as cotações

O clima adverso nos Estados Unidos, com inundações nas lavouras, pode elevar ainda mais as cotações dos grãos no mercado mundial, na avaliação de André Pessôa, diretor da Agroconsult. A estimativa é que os sojicultores estadunidenses cultivassem 30 milhões de hectares e colhessem 85 milhões de toneladas, o que não deve ocorrer. “O esforço para aumentar a área de soja seria apenas para

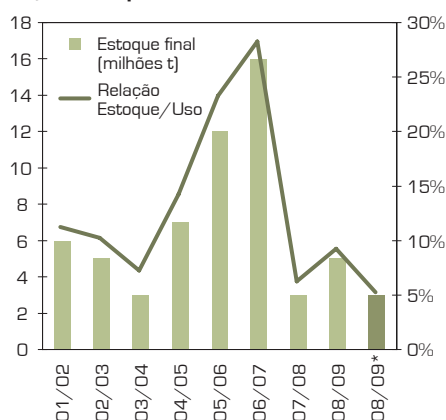
manter os níveis de estoques, que estão baixos.” Com a perspectiva de que nem tudo o que se esperava foi plantado e de que parte da cultura deve ter perda em virtude das inundações, a estimativa é de que a colheita fique abaixo do esperado, pressionando ainda mais os estoques. O atraso no plantio fará também que o

Estados Unidos: cenário da soja com quebra de safra



* Agroconsult. Fonte: USDA

Estados Unidos: cenário da soja com quebra de safra



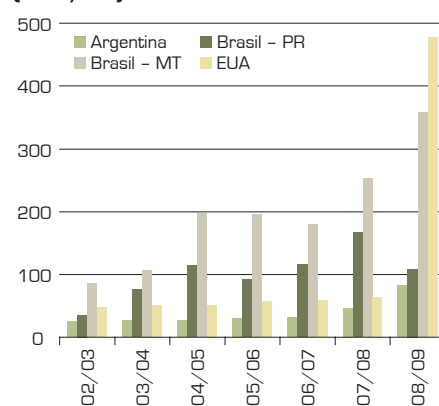
* Agroconsult. Fonte: USDA

florescimento da lavoura coincida com o período de temperaturas mais altas, o que pode prejudicar a produtividade.

De acordo com Pessôa, a área de soja nos Estados Unidos acabou ficando quase 4% abaixo das estimativas iniciais e assim, a previsão de que o país colheria 85 milhões de toneladas caiu para 77 milhões de toneladas. “Mas esse número pode ficar ainda menor por causa do cli-

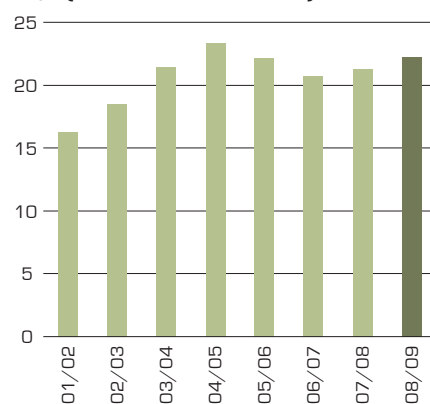
ma”, advertiu. A relação entre estoque e consumo hoje é de 9% e a safra dos Estados Unidos “não vai refrescar” a pressão sobre a soja. Ele lembra também que o mercado futuro sempre precifica essas tendências, por isso o grão estava batendo os US\$15/bushel. Mas acrescenta que a sinalização de setembro a março do

Soja: custo com fertilizantes (US\$/ha)



Fonte: USDA, ACREA, Agroconsult

Brasil: área plantada com soja (milhões de hectares)



Fonte: Conab

ano que vem também é positiva para o milho que, no Brasil, deve tomar área da soja. “O preço de mercado de milho está em US\$8/bushel, mas tem todo o verão norte-americano ainda.” Se a quebra na lavoura desse cereal for maior que a já projetada e a safra ficar abaixo de 290 milhões de toneladas, virão pressões adicionais às cotações futuras tanto da oleaginosa quanto do cereal, com o risco

Estados Unidos: cenário de quebra de safra na soja (milhões de toneladas)

| Item | 2007/08 | 2008/09 | 2008/09 |
|-------------|---------|---------|---------|
| Exportações | 30,2 | 28,6 | 26,2 |
| Consumo | 50,1 | 50,1 | 47,6 |

Fonte: Agroconsult

Brasil: *funding* da soja para a safra 2008/09

| Item | R\$ bilhões |
|---|-------------|
| Lucro líquido 2007/08 | 8,19 |
| Dívidas antigas (parcela 2008) | -4,20 |
| Sub-Total 1 | 3,99 |
| Custo financeiro 2007/08 | -1,68 |
| Retorno de fluxo de Caixa | 5,27 |
| Sub-Total 2 | 7,58 |
| Necessidade de recursos próprios 2008/09 | -13,00 |
| Sub-Total 3 | -5,42 |
| Lucro do milho safrinha 2007/08 | 2,90 |
| Déficit de Financiamento da Safra 2008/09 | -2,52 |
| Lucro estimado | 12,49 |
| Custo financeiro | 1,79 |
| Lucro líquido | 11,70 |

Elaboração: Agroconsult

Retorno sobre ativo

| Região | Retorno sobre ativo sem reserva legal (%) | Retorno sobre ativo com reserva legal (%) | Terra (US\$ por hectare) |
|-------------------|---|---|--------------------------|
| Rondonópolis - MT | 3,4 | 2,2 | 4.520 |
| Rio Verde - GO | 5,4 | 4,3 | 3.955 |
| Londrina - PR | 5,4 | 4,3 | 8.757 |
| LEM - BA | 7,9 | 6,3 | 3.672 |
| Balsas - MA | 14,2 | 9,2 | 2.373 |
| Uruçui - PI | 14,9 | 10,4 | 2.001 |
| Illinois - EUA | 4,6 | 4,6 | 11.023 |
| Buenos Aires - AR | 8,4 | 8,4 | 8.500 |

Fonte: Agroconsult

de os estoques zerarem. “É importante, no entanto, que o desequilíbrio entre os preços dos dois produtos não fique acentuado”, salienta Pessoa.

As projeções da Agroconsult indicam que, no Paraná, a migração da soja para o milho vai depender do emprego de tecnologia. Segundo cálculos da consultoria, um produtor que emprega muita tecnologia naquele estado para o plantio de milho e colhe 120 sacas por hectare, precisaria ter rendimento de 54 sacas por hectare de soja para preferir essa cultura. Por sua vez, aqueles que colhem 100 sacas de milho por hectare necessitam de apenas 41 sacas de soja por hectare para a mesma rentabilidade e, nesse caso, trocariam o cereal pela oleaginosa.

Na avaliação do diretor da Agroconsult, os valores atuais praticados pelo mercado para as duas culturas são bons, apesar do aumento nos custos. Mas Seneri Paludo, do Instituto Matogrossense de Economia Agrícola (Imea), afirma que, no caso da soja, em Mato Grosso, a expectativa é de que a rentabilidade média fique entre 2% a 10%, apesar dos níveis atuais de mercado. “E em casos de fronteira agrícola, pode haver déficit”, afirma Paulo. A elevação nos gastos – no caso dos fertilizantes, a alta nos preços é superior a 80% – provocou antecipação nas compras de adubos, segundo dados da consultoria. Apenas nesse item, 60% da demanda já foram negociados.

Para o diretor da Agroconsult, muito mais que os custos elevados, o maior problema do setor, na safra 2008/09, será o financiamento. Por conta das margens que as *tradings* tiveram de depositar nas bolsas pela volatilidade do preço da soja, haverá retração na oferta de crédito dessas empresas. Pelos cálculos da Agroconsult, na safra 2007/08 as *tradings* financiaram 31% da safra de soja no País – mas estavam presentes também, indiretamente nas negociações com as indústrias de defensivos (10,7% da oferta de crédito) e de fertilizantes (3,6%). Por sua vez, os bancos responderam por 30%, e 23% do capital necessário vieram de recursos próprios dos sojicultores. No



entanto, a estimativa de Pessoa é de que o volume caia significativamente na safra 2008/09.

A sinalização é de que as *tradings* financeiem apenas 15% da necessidade, ou seja, menos de metade do percentual anterior, e os bancos, 25% – uma vez que houve redução na exigibilidade. Apesar do aumento da oferta que possa vir das indústrias de fertilizantes e defensivos, o produtor terá de arcar com 40% do financiamento do custo da safra. “Estão faltando cerca de US\$4 bilhões, que o agricultor não tem de onde tirar”, disse o especialista. Pelos seus cálculos, com o lucro da safra 2007/08 e o pagamento das dívidas, ainda assim não haveria recurso suficiente para o plantio. Por isso, dinheiro para o custeio da safra é mais que importante, sobretudo no Centro-Oeste, onde há dificuldades de logística. “Isso pode ser o passe da carta de alforria.” Segundo Paludo, a estimativa, no estado, é de que os recursos oficiais atendam a menos de 5% da safra.

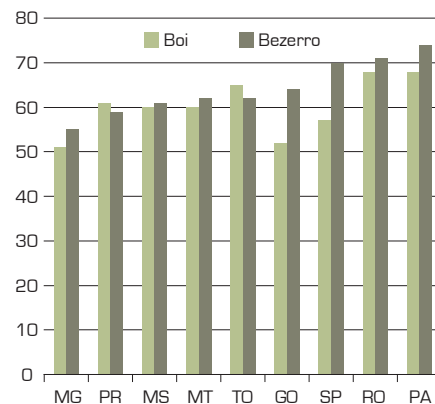
Pessoa lembrou também que o dólar tira parte da rentabilidade do setor. Os atuais US\$15 por bushel praticamente se equiparam aos US\$10 por bushel praticados para a soja no *boom* da comercialização da oleaginosa em 2004 – até então tido como o melhor ano para o setor. Entre a safra 2008 e a 2009, a rentabilidade da soja deve permanecer semelhante, mas o risco da lavoura que começa a ser plantada em outubro poderá ser maior, pois vai custar mais caro.

Pecuária

Bons ventos até quanto?

O tamanho do ciclo de alta de preços da pecuária bovina – um ciclo completo (de alta e baixa) dura entre seis e 10 anos – foi a tônica do debate sobre o setor. Pelos dados da Scot Consultoria, o último ciclo foi entre 1996 e 2006, ocasião em que o boi

**Valorização na pecuária:
junho/07 a junho/08 (%)**



Fonte: Scot Consultoria

gordo alcançou R\$94,20 a arroba (corrigido pelo IGP-DI). No atual, o pico, por enquanto, é de R\$90,87/arroba. Teoricamente, na comparação com o anterior, ainda tem espaço para aumentar.

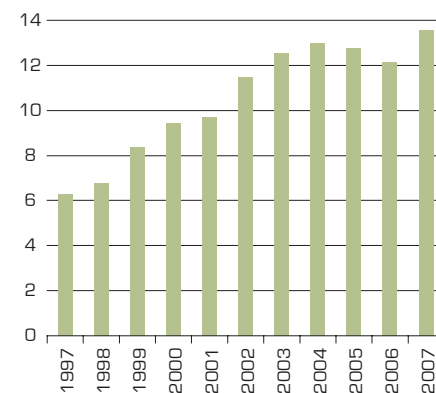
Alcides Torres, diretor da consultoria, lembra que, no período de 12 meses, o boi gordo teve valorização de 50% a quase 70%, dependendo da região produtora, e o bezerro entre 55% e 75%, na mesma comparação. É a dificuldade de se encontrar animais de reposição que faz com que os especialistas não consigam chegar a um consenso até quando o chamado ciclo de alta perdurará.

As razões da firmeza dos preços na safra variam entre as exportações de gado em pé, abate de animais mais leves por falta de pasto, crescimento do confinamento em 2007 e a retenção de gado pelo produtor.

Para Fábio Dias, da RB Capital, o setor vive hoje uma crise de oferta. Apesar de os preços futuros do boi gordo indicarem rentabilidade, o confinamento do setor pode não crescer o esperado pela absoluta falta de animais.

Na avaliação de Torres, o atual cenário da carne bovina é fruto de uma série de razões. Uma delas é o chamado “ajuste produtivo”, ou seja, redução dos investimentos frente a um período de baixa rentabilidade. Tradicionalmente, quando o preço do animal começa a cair acentuadamente, o pecuarista descarta matrizes e

**Pecuária: queda no PIB do setor
de insumos (R\$ bilhões)**



Fonte: CEPEA

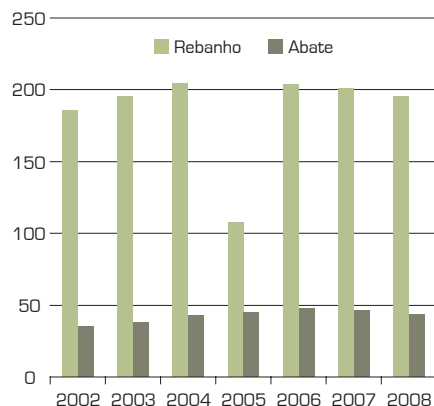
também aplica menos tecnologia na atividade. E o contrário também é verdadeiro.

Pelos dados da Scot Consultoria, houve, sim, redução nos investimentos no setor entre 2004 e 2006. Prova disso é que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de insumos para a pecuária caiu, no período, 7%, voltando a crescer (12%) no ano passado, em relação ao anterior.

No ciclo completo passado, houve avanço no descarte de matrizes. Entre 2001 e 2006, o abate de machos cresceu 39%, enquanto o de fêmeas aumentou 169%. Em alguns estados, sobretudo os de fronteira pecuária, a diferença foi ainda maior. No Pará, enquanto o abate de machos aumentou 47% no período, o de fêmeas teve acréscimo de 292%, na mesma comparação. No Tocantins, chegou a 44% o crescimento do abate de bois e a 129% o incremento no caso das vacas. O resultado dessas diferenças entre os abates de machos e fêmeas foi a redução no plantel brasileiro. Entre 2005 e 2008, segundo a Scot Consultoria, o rebanho caiu 6%, somando 195,2 milhões de animais. Como consequência, de 2006 para cá a estimativa é de que o abate se reduza em 9%. “Para que o ciclo se inverta, é preciso a retenção das fêmeas.”

Na avaliação de Fernando Gonçalves de Sousa, do Grupo JBS-Friboi, a retenção das fêmeas já é visível desde o segundo semestre do ano passado. Houve queda no percentual das vacas sobre o total abatido,

Brasil: rebanho e abate na pecuária (milhões de cabeças)



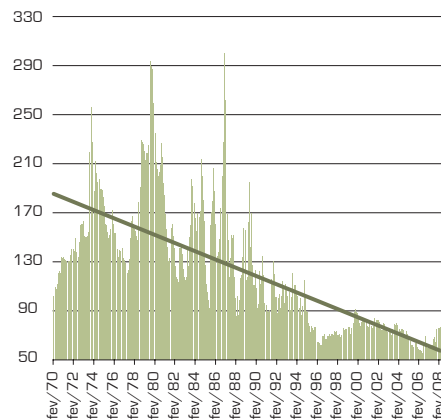
Fonte: IBGE

de 47% para 44%. O rebanho cresce 3% quando o abate de fêmeas fica abaixo de 45% do total e cai a partir de um percentual acima desse nível. Já Fábio Dias acredita que o descarte das vacas não pode ser maior que entre 35% e 40% sob pena de perda de produtividade.

Sousa lembrou também a grande ociosidade das plantas frigoríficas. “Hoje tem mais frigorífico que boi”, disse. Mas argumentou que, nos últimos cinco anos, a indústria passou por um período de expansão e também consolidação, e que agora o mesmo deve ocorrer na produção. As indústrias se posicionaram acreditando na intensificação da produção e que, por isso, nos próximos anos será inviável ter unidades com capacidade de abate abaixo de 500 animais por dia. “Para 2009, o cenário é positivo em virtude da demanda por carnes no mundo.” A disponibilidade de carne será maior a partir de 2012 e 2013.

Para Torres, a retenção das fêmeas já começou, mas não no ritmo que se esperava. A descapitalização do setor, no período de baixa, e a alta dos custos de produção, não estão permitindo ao produtor ter recursos suficientes para fazer esse investimento. “A expectativa é de que o mercado continue firme, com menor oferta de gado no segundo semestre.” Pelos cálculos da Scot Consultoria, enquanto a inflação de maio do ano passado a maio de 2008 somou 12% (IGP-DI), o

SP: ciclo pecuário: mil R\$/@ corrigidos pelo IGP-DI



Fonte: IBGE

custo da pecuária que emprega baixa tecnologia aumentou 12%, ou seja, empatou. Mas, para aqueles que empregam mais tecnologia, houve perda, variação de 41%. No mesmo período analisado, o valor pago pelo boi gordo aumentou 44% – acima do índice de variação dos custos – e o do bezerro, 54%.

A questão cambial também esteve nos debates do setor. Com o câmbio atual, o boi brasileiro vale praticamente o mesmo que o norte-americano, historicamente um dos mais altos do mundo. A arroba custa hoje US\$70 nos Estados Unidos e é comercializada a US\$ 60 no Brasil (média de São Paulo). Os valores praticados no País estão bem acima dos de outros concorrentes, como o Uruguai (US\$ 43,50), a Austrália (US\$ 37,65) e a Argentina (US\$ 34,38).

Entre as conclusões finais estão:

- Mercado em recuperação: virada de ciclo – ajuste produtivo + aquecimento do consumo (bom desempenho da economia mundial nos últimos anos) + expansão da capacidade de abate;
- Ciclo + valorização cambial: aumento mais forte das cotações em dólares. Indústria tem que adotar estratégias para reduzir a pressão de custos: agregação de valor, verticalização, *hedge*, otimização dos custos etc.
- Novos investimentos: pecuarista recuperando o “fôlego” e já começa a

voltar a investir. A tendência, de longo prazo, é de expansão da pecuária, com maior aporte de tecnologia;

- Riscos: custos, consumo e barreiras comerciais.

Açúcar e Alcool

Mais espaço para o etanol

Uma mesma lavoura, dois produtos diferentes e perspectivas diversas. É assim a lavoura da cana-de-açúcar, que, por conta dos preços, faz que a safra seja mais açucareira ou alcooleira. Mas, a julgar pelas opiniões dos especialistas presentes ao seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2008 e 2009, a partir de agora essa tendência deve se modificar.

De acordo com dados da Archer Consulting, entre 2007/08 e a temporada 2008/09, o crescimento da produção mundial de açúcar, comparada com a média dos três anos anteriores, é superior a 19 milhões de toneladas. Segundo o mesmo critério, o consumo aumentou 15,6 milhões de toneladas, ou seja, não acompanhou a oferta.

Para Arnaldo Luiz Corrêa, da Archer Consulting, enquanto o preço de mercado acima do custo de produção (como ocorreu em 2006) provoca aumento significativo na produção, o atual desestímulo o emprego de fertilizantes e defensivos, cujos preços subiram. Diante desse cenário, a Índia – importante produtor mundial de açúcar – está procurando outras culturas mais rentáveis. A tendência, portanto, é de queda de 15% na produção daquele país, assim como menor rendimento nas lavouras nacionais por causa da retração no investimento em tratamentos culturais. Na avaliação de Corrêa, esses dois aspectos são positivos para o preço do açúcar. “O produtor não pode esquecer que a cana é uma cultura de ciclo, ou seja, em um período o preço está alto e, no outro, baixo.”

O especialista lembra, no entanto, o quanto o mercado está volátil. E, por isso, a necessidade de se fazer *hedge*. Segundo dados da consultoria, há um volume de 25% de *hedge* já comprometido para a safra 2009/10. “As usinas devem aproveitar os preços acima de US\$0,15 por libra-peso para irem fazendo suas fixações. Muito embora, na minha projeção – sem nenhuma base científica, diga-se de passagem – é de que deveremos alcançar os 17 centavos de dólar por libra-peso para 2009”.

Mas, o mercado mais promissor, a partir de agora, apesar de barreiras – como as sobretaxas dos Estados Unidos – é o etanol. “O mercado internacional de açúcar está praticamente estagnado. O futuro do mercado é o etanol.” Em um cenário de até 10 anos, a produção brasileira será 70% destinada ao álcool e o restante ao açúcar. Corrêa destaca que o País tem grande potencial de expansão: pelo menos 118 novas destilarias devem entrar em funcionamento até 2012.

Porém, ele adverte que os Estados Unidos ainda são o maior produtor, e o mercado externo, hoje, ainda é residual. No entanto, que problemas na produção de milho da-

quele país podem criar uma demanda pelo etanol brasileiro. Arnaldo Corrêa lembra também que a constante desvalorização do dólar eleva o custo de produção brasileiro e coloca, no longo prazo, uma espécie de preço mínimo, que deve ficar em torno de US\$0,13 por libra-peso em 2009/10.

Entre os pontos a considerar estão:

- A pequena correlação do etanol com petróleo;
- Precificar o etanol usando outras bolsas e índices cuja correlação parece nenhuma pode aumentar significativamente o risco;
- O etanol não é ainda uma *commodity*;
- O comportamento dos preços do petróleo e do dólar.

Como fatores de:

Alta

- Produção na Índia terá queda de 15%;
- Falta de tratamentos culturais deve diminuir o rendimento da safra brasileira;
- Atraso no início da safra;
- Problema com o milho nos EUA pode criar demanda adicional para o etanol brasileiro;
- Equação da oferta e demanda mundial parece ser mais construtiva;

- Frete marítimo caindo.

Baixa

- Crescimento dos estoques;
- *Tradings* comprando da “mão para a boca”;
- Enfraquecimento do *basis*;
- Falta de crédito (dificuldade na renovação dos contratos);
- Cotação entre 14.50 e 15.00 centavos de dólar por libra peso pode ser um limitador de preço;

Principais conclusões:

- Cenário mais construtivo para 2009/2010 que anteriormente imaginado;
- Descolamento, com o açúcar subindo independentemente da direção do preço do petróleo;

Na visão de preços:

- 10 centavos de dólar por libra-peso fazem parte do passado;
- Difícil se repetir nos próximos 2 anos, a menos que haja uma desvalorização abrupta do real ou uma recessão profunda na Índia e na China;
- Potencial de alta;
- *Guesstimate* (sem base científica) = pode tocar nos 17.00 cents/lb.



Agroinflação e investimento

De olho no futuro

Davi R. de Moura Costa¹
Felippe C. Serigati²

A ATUAL pressão inflacionária preocupa autoridades de diversos países. Muitas são as suas causas. Entretanto, é o aumento dos preços dos alimentos que tem chamado mais atenção. Nos países pobres ou em desenvolvimento tais produtos consomem fatia significativa do orçamento familiar. O assunto merece ser tratado com seriedade a partir da adoção de medidas urgentes pelos governos.

O termo urgente implica soluções de curto prazo, mas sem abrir mão da visão de longo prazo. Enquanto os EUA e União Européia têm, respectivamente, a Farm Bill e a Política Agrícola Comum (PAC) como política agrícola, no Brasil existem os Planos de Safra, cujos principais atrativos são os volumes de crédito disponibilizados.

As medidas para atenuar os impactos da agroinflação não deveriam consistir apenas nos instrumentos de política monetária, mas sim na elaboração de uma política agrícola que substitua os Planos de Safra. A principal meta seria gerar incentivos à produção de alimentos no curto prazo e garantias aos investimentos de prazo mais longo, temas imprescindíveis em uma política agrícola, tais como:

- regulamentação das atividades agrícolas (trabalhista, ambiental etc.);
- capital humano na agricultura;
- garantias ao direito de propriedade (quadro adiante).

O marco legal das atividades agrícolas deveria, em princípio, incentivar o sistema produtivo. No entanto, em determinados pontos, a legislação cria obstáculos. Por exemplo, é repassada ao produtor rural a ineficiência da fiscalização do governo à medida que estabelece a “obrigação” de manter parte da sua propriedade em mata nativa. Se, pela ótica ambiental isso é positivo, de outro lado, seu custo de oportunidade se eleva por não ser tal atividade remunerada. Portanto, estimular os mercados de carbono e incentivar os conceitos de multifuncionalidade da agricultura por meio de pagamentos por serviços ambientais atenuará ineficiências como a citada, e criará incentivos para o aumento da produção sem expandir a área plantada.

A recente migração dos jovens das pequenas cidades para os grandes centros urbanos tem contribuído para um processo de seleção adversa da mão-de-obra que permanece na área agrícola. Isso sofre alteração com a tecnificação da atividade

agrícola. Entretanto, a adoção de políticas que promovam a qualificação dessa mão-de-obra – por exemplo, via escolas técnicas agrícolas, Sebrae e Senar – aumentará a produtividade do setor agrícola. Ainda, investimentos que propiciem a criação de postos de trabalho nestes municípios (ampliação da agroindústria) poderão auxiliar na retenção da migração dos jovens e com isso na ampliação e formação de um renovado efetivo de trabalhadores.

O aperfeiçoamento das regras que garantam o direito de propriedade na agricultura passa fundamentalmente pela solução dos problemas de invasão de terras, destruição de experimentos de pesquisa, bloqueio de rodovias e estradas de ferro e outras mazelas que têm ocorrido no Brasil nos últimos anos. É a propriedade do meio de produção (bem como o seu controle) que garantirá o estímulo necessário para haver o investimento e portanto assegurar tal direito não é ir contra as questões sociais. Ao contrário, garantir o direito de propriedade é inclusive dar condições para que os próprios assentamentos rurais se tornem viáveis.

Talvez o grande desafio seja rever a estrutura de como está definido o tratamento dos temas agrícolas dentro do governo e unificar o que for possível. Ou seja, tornar os ministérios e as secretarias mais parceiros e menos concorrentes de suas próprias políticas. Com certeza, tal construção é difícil, e talvez improvável, mas esse é o paradigma a ser alcançado.

Afora as questões econômicas que foram tratadas neste texto, é preciso considerar que as generosidades da natureza que afetam diretamente a produção agrícola, tais como clima, solo e água contribuirão para aumentar ou diminuir o tempo em que o sistema produtivo conseguirá responder ao aumento da demanda e por conseguinte atenuar os problemas da agroinflação. Portanto, uma solução que acompanha todas as apontadas, é a reza. Só que, desta vez, não somente a do produtor rural. ■

O que deveria ser concretizado no curto prazo e seus resultados

| O que fazer | Resultados |
|--|--|
| Estimular o funcionamento do mercado de carbono Incentivar os pagamentos por serviços ambientais | Geração de renda disponível para investimento |
| Fortalecer as escolas agrícolas e garantir o uso adequado dos recursos do Sebrae e Senar | Aumento da produtividade da mão-de-obra rural |
| Garantir o direito de propriedade | Incentivos para investimentos de longo prazo |
| Revisão do formato como estão distribuídos os ministérios e secretarias que atuam diretamente com o setor agrícola | Criação de política agrícola sustentada e otimização dos recursos destinados a agricultura |

¹ Doutorando em Economia de Empresa EESP/FGV. E-mail: drmcosta@gvmail.br

² Mestrando em Economia de Empresa EESP/FGV. E-mail: felippe.serigati@gmail.com

Ripa

Agroenergia: oficina subsidia gestores com projetos de pesquisa

Roberta Salgado Gonçalves da Silva*

CINCO TONELADAS de resíduo orgânico provenientes de estabelecimentos alimentícios de São Carlos (SP) serão transformadas em adubo ainda este ano. Esta é a resposta encontrada pelo biólogo e diretor da empresa Aliança Orgânica Soluções Ambientais, Márcio Pereira Borali, para fomentar a agricultura na região central do estado de São Paulo. Borali é um dos 80 especialistas que participaram da Oficina de Portfólio de Projetos em Agroenergia, de 14 a 16 de julho, em Brasília.

Para ele, a iniciativa privada tem de estar inserida no processo de desenvolvimento de pesquisa e inovação e fazer um trabalho conjunto com universidades e centros de pesquisa. “Só assim a gente consegue fazer inovação, obter a aplicação prática dos resultados para que não fiquem em gavetas. O resultado da pesquisa deve ser levado a campo e ter retorno ambiental, social e econômico, mas, principalmente, desencadear um processo de ações práticas”, aponta.

A empresa, incubada na Embrapa Instrumentação Agropecuária desde 2006, busca, por meio de pesquisas, reduzir o tempo de compostagem do resíduo orgânico de 90 para 30 dias, com a finalidade de produzir mais adubo em menos tempo, ocupando menor espaço físico. A iniciativa do empresário de retirar os resíduos que hoje vão para o aterro sanitário e levá-los para a agricultura traz benefícios na área ambiental, agrícola e econômica. “Vamos dar um destino adequado para um resíduo nobre e fomentaremos a produção de adubo de qualidade”. O trabalho está sendo desenvolvido em par-

ceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos (SP).

A empresa já trabalhou com a recuperação de áreas degradadas usando matéria orgânica. Hoje, além de transformar resíduo em adubo, também estuda o aproveitamento energético da linhaça e o uso da água na cadeia produtiva de biocombustível. “Queremos levantar o consumo de água na cadeia produtiva em biodiesel e etanol. E descobrir, por exemplo, quanto de água é necessário para se produzir uma tonelada de soja”, comenta.

Oficina

Etanol, biodiesel, resíduos e florestas plantadas foram discutidos na oficina. O resultado irá subsidiar gestores com uma variedade de projetos para pesquisa no setor de agroenergia. O evento é uma parceria da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (Ripa) com a Embrapa Agroenergia, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). O evento foi coordenado pelo responsável pela criação do Núcleo Centro-Oeste da Ripa e assessor do presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) no Distrito Federal Leonardo Hamu. “Pretendemos criar um portfólio de projetos a serem disponibilizados aos tomadores de decisão, a partir do que os especialistas em Brasília irão apresentar como demanda de pesquisa”, explica.

A convergência do projeto Ripa com a Política Nacional de Agroenergia do MAPA e a Política de Agroenergia do MCT justifica a iniciativa. A partir dos te-

mas etanol, biodiesel, resíduos e florestas plantadas foram abordadas três vertentes: o desenvolvimento de processos e produtos energéticos; o zoneamento e uso de áreas degradadas para a produção de agroenergia; e logística e infra-estrutura de produção. Houve ainda uma discussão considerando os aspectos agrônomo, industrial e transversal.

Ripa

A Ripa é coordenada pelo Instituto de Estudos Avançados da USP São Carlos com o propósito de desenvolvimento do País, para isso irá subsidiar o Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio, agências de fomento, Ministérios afins, instituições de pesquisa, setor produtivo, terceiro setor e tomadores de decisão, no estabelecimento de prioridades e na promoção de estudos, projetos e iniciativas que pressuponham decisões de natureza estratégica e competitiva baseadas na inovação tecnológica. O projeto RIPA é financiado com recursos do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro), via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Ripa é parceria da Embrapa, Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), empresa Listen Local Information System, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). O coordenador executivo da Ripa, Paulo Estevão Cruvinel é pesquisador da Embrapa Instrumentação Agropecuária, em São Carlos (SP). ■

* E-mail: rosalgadonews@gmail.com

Estratégia

O elo entre a fidelização e os riscos na cadeia de negócio

José Rezende¹
Ernesto Cavasin²

A ATIVIDADE de produção agrícola voltou ao foco de debates nos fóruns econômicos mundiais, principalmente nos últimos meses. Tais discussões trouxeram à tona a temática da sustentabilidade e sua relevância nas agendas dos gestores do segmento de *agribusiness*. A promissora perspectiva do setor e as demandas cada vez mais complexas representam desafios significativos para as empresas e seus parceiros, especificamente para as empresas globais que atuam em mercados emergentes.

Ao analisar os benefícios das atividades de gestão e de operação das empresas com o objetivo de prover soluções sustentáveis para a agricultura, maximizando as atuais atividades em prol do desenvolvimento socioambiental, destacam-se os aspectos-chave de gestão de performance que ocasionarão potenciais impactos nas operações de longo prazo das empresas do setor. Entre eles, o gerenciamento de reputação e marca, os métodos de produção ambientalmente sustentáveis e a melhoria das condições sociais de produção enfatizam o direcionamento que as empresas devem adotar para fazer frente à alta competitividade e às exigências de grandes blocos de países desenvolvidos, como o processo de certificação de produtos e meios de produção, supervisionados principalmente pela União Européia.

Cabe ainda destacar, como aspecto-chave da gestão de negócios das empresas do setor, as ações para minimizar o agravamento da escassez de recursos hídricos, os processos de embalagem e rotulagem dos produtos, posto que estão totalmente

associados à qualidade do processo final de produção e comercialização.

A correta abordagem do tema e a utilização de mecanismos adequados no processo produtivo serão primordiais no fomento de valor e na criação de novos métodos sustentáveis. Seja em determinados segmentos do agronegócio, que enfrentam pressões externas com relação às práticas trabalhistas e ambientais, seja, até mesmo, no setor agrícola como um todo, que está sendo previamente condenado em razão da escassez de alimentos e do aumento no preço do produto pago pelo consumidor final.

Existe, atualmente, uma ampla discussão em torno de um grande desafio, além dos anteriormente expostos, que permeia o setor agrícola. Segundo um levantamento realizado pelo Banco Central, o brasileiro adicionou às despesas com alimentos um percentual superior a 20%, dada a melhoria das condições sociais no País. Esses fatos demandarão um crescimento cada vez mais acelerado da produção agrícola, só que agora em um momento no qual conceitos de relações socioambientais do setor ainda estão em desenvolvimento.

Entre as diversas questões a serem discutidas e disseminadas no contexto do *agribusiness*, a identificação de ferramentas e o direcionamento de condutores de desenvolvimento econômico e socioambiental podem estar associados tanto ao incremento da fidelização das partes interessadas quanto à maior propensão de riscos relacionados ao desempenho econômico e aos demais âmbitos empresariais. Para minimizar

potenciais riscos e, conseqüentemente, ampliar os benefícios dentro da dinâmica do setor, as empresas devem usar suas qualificações em redes de relacionamento, estabelecendo novos vínculos com outros grupos detentores de interesses correlatos. A construção de um relacionamento estreito com um grupo em determinada área não significa estar imune a críticas do mesmo grupo em outra área.

Quando se fala da necessidade de criar valor na cadeia de negócios, as empresas do setor de *agribusiness* não devem excluir as atividades de engajamento com as partes interessadas. Isso inclui o reconhecimento da sustentabilidade como um catalisador para o desenvolvimento de novos negócios, por ser um importante fator para a sobrevivência corporativa no século 21.

Para entender as amplas necessidades do setor, os gestores devem buscar a identificação de novas estratégias potencialmente inovadoras. E, para captar oportunidades sustentáveis, estes devem repensar suas visões direcionadas sobre estratégia, tecnologia e inovação.

A adoção de estratégias empresariais relacionadas à sustentabilidade favorece a posição econômica e reputacional de uma empresa e a fidelização dos agentes envolvidos na cadeia, o que agrega valor às operações ao fomentar oportunidades junto a potenciais clientes. ■

¹ Sócio da PricewaterhouseCoopers – Brasil e líder de Agribusiness

² Gerente da PricewaterhouseCoopers – Brasil e especialista em Sustentabilidade Empresarial

Homenagem

O Brasil perde um grande amigo

Eliseu Alves*

N O DIA 4 de maio do corrente ano morreu o professor G. Edward Schuh, amigo do Brasil, no sentido que amou nossa pátria e muito fez pelo seu desenvolvimento como professor, como orientador de inúmeros estudantes brasileiros, no desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, em São Paulo, Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e Ceará, e, finalmente, pelos livros e trabalhos científicos que publicou, voltados para importantes questões da nossa agricultura. Sua morte abre enorme lacuna tanto nos países ricos quanto naqueles pobres, tanto para os profissionais que estão na área de desenvolvimento econômico como para aqueles da área de comércio internacional, assim como para os que pesquisam e os que estão na *front* da execução da política agrícola. Todos esses campos foram fertilizados pela mente brilhante do professor Schuh.

O professor G. Edward Schuh, que era casado com a brasileira Ignez Angeli Schuh e deixa três filhas, sempre se associou, no seu labor científico, a brasileiros e, no Brasil, teve também papel importante no desenvolvimento da Embrapa, no treinamento, em nível de doutorado, de vários brasileiros. A economia rural e a Sociedade Brasileira de Economia Rural (Sober), da qual era membro legendário, muito lhe devem. Recebeu do governo brasileiro a Medalha do Mérito Científico, no grau Grão Cruz.

As contribuições marcantes do professor Schuh disseram respeito ao comércio, especialmente à taxa de câmbio, aos mercados financeiros e de capitais, no âmbito de uma economia aberta, pobreza, segu-

rança alimentar, políticas agrícola, científica e tecnológica.

O seu livro *Agricultural Development in Brazil*, em cooperação com Eliseu Alves, recebeu, da American Agricultural Economic Association (AAEA) o reconhecimento, como sendo a melhor pesquisa do ano de 1971. Da mesma forma, o artigo *The Exchange Rate and US Agriculture* recebeu idêntico reconhecimento.



Legenda na pesquisa brasileira

Foi eleito presidente da AAEA para o período 1981-82 e, em 1984, foi eleito sócio emérito da mesma associação. Também foi eleito sócio emérito da American Academy of Arts and Sciences e da American Association for the Advancement of Science. Recebeu os títulos de Doutor Honoris Causa da Universidade

Federal de Viçosa e de Purdue University. Em 1998, o professor G. Edwards Schuh tornou-se professor regente da University of Minnesota, a maior distinção que aquela universidade concede. Da mesma universidade, dias antes da morte, recebeu um galardão por relevantes serviços prestados.

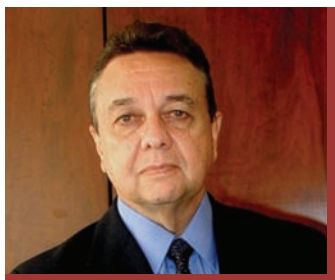
Como pesquisador, dedicou-se ao estudo do mercado de trabalho, do impacto da pesquisa e dos investimentos em educação no desenvolvimento econômico. Nos últimos vinte anos, focalizou o mercado internacional, com uma visão que alia a economia institucional à neoclássica, e procurou entender, usando de seus ensinamentos, o seu papel no progresso das nações, como ele tem influenciado o aperfeiçoamento das políticas macroeconômicas e porque é bem sucedido e também porque tem falhado em reduzir as disparidades entre países ricos e pobres.

Persistentemente, em videoconferências, conferências, aulas, artigos para revistas especializadas e jornais, na comunidade acadêmica e entre os políticos, na América Latina, Ásia e África, em países desenvolvidos e pobres, o professor G. Edward Schuh procurou demonstrar as virtudes do comércio internacional e mostrar o Brasil como um caso de sucesso, reafirmando o acerto dos investimentos em pesquisa agrícola e da política macroeconômica. Poucos souberam, como ele, aliar, na exposição de idéias, o rigor com um grande poder de comunicação. ■

* Assessor do diretor-presidente e pesquisador da Embrapa

Diário de bordo

A FAO, o G8 e a Unica



Roberto Rodrigues*

NA DISCUSSÃO infundável sobre o falso dilema dos efeitos dos biocombustíveis na redução da produção de alimentos, ouve-se de tudo. Cada ator usa diferentes aproximações, atendendo a interesses de nações ou de grupos privados para se posicionar. Enquanto isso, agricultores do mundo todo se movimentam para aproveitar os bons preços das principais *commodities*, aumentando as áreas de plantio. E não falta quem afirme que os preços agrícolas nunca mais serão baratos, esquecendo-se das melhores tecnologias que aumentam a produção e a oferta.

Na recente cúpula sobre alimentação da FAO, realizada em junho passado em Roma, o tema foi Mudanças Climáticas, Energia e Alimentos. Depois de intensos debates e estudos prévios, a recomendação da FAO foi direta, reiterando que alimento não pode ser usado como instrumento de pressão política e econômica, e que a comunidade internacional deve tomar medidas urgentes para combater a alta dos alimentos, sem perder de vista a questão dramática do aquecimento global e o uso de biocombustíveis.

Mas, isso tudo depende da ação de cada governo, e a FAO só pode recomendar.

De outro lado, na reunião do G8, em julho, no Japão, teve até a fala de Robert Zoellik (o mesmo que chefiava a área de comércio americana nas discussões sobre

Doha em Cancun, o que quis nos impedir goela abaixo um acordo USA/UE que mataria qualquer abertura comercial agrícola), hoje no FMI, que fez uma previsão confusa sobre o aumento da fome no mundo como consequência da produção de biocombustíveis. Com isso, aticou atores, como a própria UE, que vem discutindo sua diretriz de mistura de álcool à gasolina.

Confusões, interesses e ignorâncias a parte, o que nos compete é esclarecer à exaustão a todos os agentes mundiais as vantagens do nosso etanol de cana, que não concorre com alimentos, mesmo considerando que nos Estados Unidos a produção de etanol de milho é uma questão estratégica. E a Unica, associada à Apex, entrou com competência nessa seara, fazendo campanhas publicitárias na Europa e nos Estados Unidos, abordando a sustentabilidade do nosso modelo de produção e a tarifa imposta pelos americanos ao nosso etanol.

Na Europa, a campanha começou em junho, no do jornal semanal *European Voice*, que pertence ao mesmo grupo da revista *The Economist*, e que circula nos meios políticos de Bruxelas. Foram feitos dois anúncios de página inteira, um destacando a redução das emissões de gases de efeito estufa com o uso do etanol, e outro mostrando que, com 1% das terras aráveis do Brasil plantadas com cana, foi possível reduzir em 50% o uso da gasolina. A campanha será mantida até dezembro.

Nos Estados Unidos a campanha se concentrou no feriado da Independência, 4 de julho, em três jornais, 55 emissoras de rádio da Flórida, da Califórnia e de Washington, e ficará na *internet*.

Isso é maturidade: defender com vigor e audácia aquilo em que se acredita e em que se aposta como benefício mundial. Sem discursos vazios. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

A Amazônia e o agronegócio



Cesário Ramalho da Silva*

FUI CONVIDADO pelo ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, para debater a Amazônia e o agronegócio, quando entregamos-lhe um documento com propostas da SRB.

É preciso criar políticas de desenvolvimento sustentável distintas para a Amazônia Legal, uma convenção de território político que contempla até centros urbanos, e para o bioma amazônico, que envolve a floresta.

Somos cobrados pelo mundo inteiro por respeito ao meio ambiente. Isso pode criar um problema para toda a agricultura brasileira, pois vivemos uma guerra comercial.

Pontuamos que é preciso aumentar a presença do Estado na Amazônia, onde vivem cerca de 25 milhões de pessoas, bem como promover a regularização fundiária e estimular o manejo sustentável, com atividades compatíveis com a região.

A falta de segurança jurídica para a floresta amazônica favorece o desmatamento e a grilagem. O governo federal tem de assumir uma política de Estado para a região, mostrando que tem responsabilidade pela Amazônia, funcionando como agente fiscalizador, indutor e gestor de políticas de desenvolvimento sustentável.

É preciso identificar de quem são as terras da região. O georreferenciamento

não vem atendendo esse objetivo. Para as terras públicas é necessário criar modelos de desenvolvimento sustentável em parceria com a iniciativa privada, por meio, por exemplo, de estações ecológicas e parques, aptos à pesquisa e ao turismo; e reservas florestais e extrativistas, onde seria permitido o uso econômico sustentado. Para as terras privadas a exigência passa por verificar a quem pertencem, se os títulos de propriedade são legítimos e, em caso contrário, passá-las para as mãos do Estado.

Na questão indígena, a necessidade é criar um instrumento jurídico isento que defina que áreas têm base antropológica para serem reservas e quais não, com o objetivo de evitar a homologação de demarcações de terras indígenas sobre áreas de legítimo domínio privado.

Pelo Código Florestal, as reservas indígenas são áreas de preservação permanente. Isso precisa ser revisto, senão do que o índio vai viver? Eternamente dependente do restante da população? O índio tem de ser visto como um cidadão, sujeito a direitos e obrigações da Constituição, e ser respeitado quanto aos seus desejos de acesso à modernidade.

Ressaltamos ao ministro que é preciso dar fim à dicotomia que divide a agricultura em duas. Ela é uma só, familiar ou empresarial. A diferenciação ideológica sobrepõe ações, gera burocracia, aumenta gastos, distorce políticas, dilui objetivos, prejudicando a integração entre os agentes do setor e, conseqüentemente, o relacionamento da agricultura com os demais segmentos da sociedade.

O ministro demonstrou pensamento muito próximo ao nosso. Mostrou preocupação com o aumento dos custos, especialmente dos fertilizantes, e disse que quer políticas para adicionar valor à produção, para gerar renda e fixar o produtor na terra. O encontro foi muito produtivo. O ministro é um grande interlocutor, com experiência internacional. Temos um parceiro para pensar a agricultura daqui para a frente. ■

Opinião

Inflação de custos e demanda



João Sampaio*

PARA QUEM sentiu no bolso nos anos 80 a inflação, a reação ao aumento da previsão inflacionária anual de 5% para 6,5% parece exagero. Mas o fato é que o consumidor final não pretende rever ou conhecer o dragão da inflação. Sob o aspecto da produção de alimentos é preciso uma análise sobre as causas e consequências da inflação e, ainda, sobre as alternativas para contornarmos o atual quadro.

O produtor brasileiro vive a inflação dos custos, reflexo em parte da inflação da demanda mundial. Segundo o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas, houve aumento de 124,6% nos preços dos fertilizantes superfosfatos duplos e triplos no primeiro semestre deste ano. Como o problema é mundial, a cotação da uréia importada, por exemplo, nos Estados Unidos, por tonelada a granel (FOB), passou de US\$ 310 em maio de 2007 para US\$ 655 em maio de 2008, aumento em torno de 114%.

O dispêndio de divisas brasileiras com importações de fertilizantes, incluindo suas matérias-primas, em 2007, foi de US\$ 5 bilhões (FOB), crescimento de 86,6% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Lá na ponta, o agricultor sente a inflação desses custos. O produtor de cana, com queda de preços do seu produto, sofre ainda mais. Ele necessitava de 18 toneladas do produto para adqui-

rir 1 tonelada de fertilizantes em maio de 2007, hoje precisa de 41,9 toneladas.

A dependência externa por fertilizantes levará os patamares dos custos de produção nos próximos anos, sem perspectivas de melhora até agora, de chegarmos a uma nova revolução tecnológica baseada em variedades menos dependentes no médio prazo.

Para diminuição dos custos, teremos de reduzir o uso de insumos? Não, porque precisamos de oferta crescente para atendimento da demanda aquecida por alimentos e, assim, conter a inflação. Mas, como superar o dilema de produzir mais sem inflar a procura por insumos? O governo federal lançou o Plano Safra 2008/2009 com o objetivo de conter a alta dos alimentos. O montante de recursos da ordem de R\$ 78 bilhões é 11,4% acima do liberado na safra passada mas não cobre o aumento dos custos de produção.

Embora acerte na tática de oferecer mais crédito para incentivo da produção, o plano erra na estratégia. Haverá mais demanda por insumos, e a inflação nos custos será repassada ao consumidor. Na verdade, o aumento do crédito não resolverá o assunto, o resolve é a redução dos custos. Para reduzi-los é preciso mexer na tributação incidente nos insumos e no óleo diesel, diminuir os custos de logística com investimentos rápidos e pesados nas parcerias com a iniciativa privada, incentivar a produção de potássio, nitratos e fosfatos. Outro caminho é ampliar o mercado financeiro com negócios de opções de frete, de financiamento para dar maior liquidez e estabilidade nos preços agrícolas.

A agricultura brasileira construída a partir do uso intensivo de fertilizantes e corretivos de solo, principalmente na produção de grãos no Centro-Oeste, deu saltos de produção incomparáveis com os de outras partes do mundo. Agora, o desafio é a sustentabilidade. Para alcançarmos tal grau, a estratégia é iniciarmos uma nova revolução verde, com a adoção de políticas para reduzir custos e a nossa dependência química. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo